

**Fábio Goldfinger**

*Promotor de Justiça do Estado de MS, Mestrando em Processo Penal pela PUC-SP, Professor da Escola de Direito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (EDAMP), Professor Universitário de Direito Penal e Processo Penal (Unigran-Capital/MS), Diretor da Escola Superior do Ministério Público (ESMP-MS). Autor de diversas obras jurídicas.*

Manual de Direito

# PENAL

▶ PARTE  
GERAL

2ª EDIÇÃO

COLEÇÃO  
Direito em  
*Essência*

  
**EDITORA MIZUNO**  
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

## Manual do Direito Penal - Parte Geral - Tomo I - 2ª Edição

© Fábio Goldfinger

EDITORA MIZUNO 2022

Revisão: José Silva Sobrinho

Revisão Técnica: Fábio Goldfinger

<b>Catálogo na publicação</b> <b>Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	
G618	Goldfinger, Fábio Manual do direito penal: parte geral / Fábio Goldfinger. – 2. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2022.  (Direito em essência, V. 7) 810 p.; 16 X 23 cm ISBN 978-65-5526-437-1  1. Direito penal. I. Goldfinger, Fábio. II. Título.  <span style="float: right;">CDD 345</span>
<b>Índice para catálogo sistemático</b> I. Direito penal	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460  
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210  
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editoramizuno.com.br](http://www.editoramizuno.com.br)  
e-mail: [atendimento@editoramizuno.com.br](mailto:atendimento@editoramizuno.com.br)

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

Dedico à minha esposa Ana Paula Goldfinger,  
aos meus filhos Felipe e Júlia.

Aos meus pais, Benjamim e Marta,  
com o carinho de sempre.

Dedico *in memoriam* ao meu sogro,  
Luiz Antônio de Oliveira.

Dedico ainda aos amigos e colegas  
do Ministério Público brasileiro.

"A persistência é o caminho do êxito."

**Charles Chaplin**



# AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus;

Agradeço ao Ministério Público brasileiro pela oportunidade de vivenciar o dia a dia do Direito Penal;

Agradeço a Editora Mizuno, em especial na pessoa de Rafael, por oportunizar e acreditar nessa empreitada;

Agradeço aos inúmeros amigos, estagiários, estudantes, assessores do Ministério Público de MS que, de inúmeras formas, me auxiliaram no desenvolvimento da presente obra.



# PREFÁCIO

Honra-me sobremaneira o ensejo de prefaciá-la obra *Manual de Direito Penal – Parte Geral* - Coleção Direito em Essência 7, do brilhante Promotor de Justiça e Professor universitário Fábio Goldfinger, ao passo que detenho, desde já, a plena certeza de sua indubitável contribuição para a teoria geral e a prática do Direito Penal. Por óbvio, não poderia ser diferente. Não só o quilate do autor, mas especialmente o gabarito do conteúdo contido nos capítulos apresentados.

A melhor lição que tive quando fui *visiting student* em “Democracia e Desenvolvimento” pela *Università degli Studi di Siena* – Itália - pesquisa realizada durante o doutorado - pode ser resumida numa frase: *mostrami le tue idee*.

Ninguém queria saber da minha idade, se eu tinha trabalhos publicados, onde eu havia estudado, de que país vinha, o cargo que ocupava..... o que importava para meus professores e colegas eram as ideias que eu tinha para apresentar e desenvolver.

Ao ter contato com a Obra do jurista Fábio Goldfinger foi parecido. Pouco me importou sua idade, experiência acadêmica e história no Ministério Público ..... o que me fascinou foram suas ideias. E elas são simplesmente inovadoras, consistentes e brilhantes.

Ganhei, desde a primeira leitura, não somente a promessa de um trabalho acadêmico formalmente correto, mas um texto instigante, denso e com senso crítico de quem é grande independentemente da idade ou experiência. O prazer desta caminhada compartilhada, estejam certo, foi todo meu!

Fábio Goldfinger, membro do Ministério Público, desde 2003, de formação humanista, que desempenha, com maestria, os deveres do *Parquet* sempre à luz de suas ponderações acadêmicas acerca da Justiça restaurativa e dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da fraternidade, demonstra nitidamente sua competência jurídica tanto na seara profissional, quanto na esfera acadêmica.

Trata-se de um promotor de justiça com vasta experiência nas Comarcas de Paranaíba, Cassilândia e Inocência, bem como rico exercício em funções de assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul. Teve, ainda, curto, mas profícuo labor na advocacia em São Paulo, na consolidada e admirada região de Ribeirão Preto.

Possui cursos de pós-graduação na esfera penal no Brasil e na Itália, sendo, atualmente Mestrando da prestigiada Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Docente de diversas instituições de ensino superior.

A presente obra se insere justamente em meio a essas reflexões atinentes aos problemas advindos da história do Direito Penal e da contemporaneidade da sociedade globalizada. Cuida-se, portanto, de Manual com temáticas extremamente atuais e didáticas e dotado de visível densidade acadêmica. O trabalho compila, de forma ousada, os elementos basilares e os efeitos sistêmicos da Teoria Geral do Direito Penal, da Teoria Geral do Crime e da Teoria Geral da Pena.

Na Parte I (Teoria Geral do Direito Penal), o autor analisa: noções gerais (conceito, características, modalidades, conteúdo e categorias); a Ciência do Direito Penal (dogmática, política criminal e criminologia); as funções, a história e as escolas; os sistemas penais; as teorias justificacionistas; o Direito Penal do inimigo; o abolicionismo; os mandados constitucionais de criminalização ou penalização; os princípios; as fontes do Direito Penal; a interpretação da norma penal; a analogia e a equidade; a lei penal no Tempo; o tempo do crime; conflito aparente de normas; a territorialidade e a extraterritorialidade; bem como a eficácia da Lei brasileira e das Leis estrangeiras.

Na Parte II (Teoria Geral do Crime), elucida e problematiza questões relevantes como: bem jurídico penal; sujeitos ativo e passivo; a vítima; a responsabilidade de pessoa jurídica; a tipicidade; a insignificância; a conduta; a omissão; a relação de causalidade; a teoria da imputação objetiva; os crimes dolosos, culposos e preterdolosos; o erro do tipo; a consumação e a tentativa, o arrependimento eficaz e o arrependimento posterior; o crime putativo e o crime impossível; a antijuridicidade, o estado de necessidade; a culpabilidade; a imputabilidade; a embriaguez; o erro de proibição; o concurso de pessoas e assim por diante.

Na Parte III (Teoria Geral da pena), são abordados os seguintes aspectos: teorias das penas e suas consequências; da pena privativa de liberdade; da reincidência; das penas restritivas de direito; da pena de multa; dosimetria; concurso de crimes, limites e unificação das penas; suspensão condicional da pena, livramento condicional; efeitos da condenação; reabilitação; medidas de segurança; ação penal; extinção da punibilidade; morte; anistia, graça e indulto; perdão judicial; retratação, renúncia, decadência, perempção e prescrição.

Tudo isso se dá a partir de uma conjugação entre teoria e prática, ainda, com a participação de distintos pontos de vista e com o objetivo de construir um arcabouço teórico-normativo sólido e robusto, capaz de fornecer conceitos, pressupostos e parâmetros para sua compreensão e sua resolução.

Em resumo, o autor desenvolveu um conteúdo intenso e completo, com muita objetividade, transportando às páginas da obra o que há de mais essencial para um Manual de Direito Penal. Daí o nome: Direito em Essência. O leitor encontrará um denso estudo, enfatizando as diversas posições jurídicas existentes sobre cada tema abordado, além de introduzir o que há mais de moderno a ser estudado.

Estamos, pois, diante de uma árvore frondosa, que reafirma as palavras do grande e inesquecível Padre António Vieira:

“As flores, umas caem, outras secam,  
 outras murcham, outras levam o vento;  
 aquelas poucas que se pegam ao tronco e  
 se convertem em fruto, só essas são as venturosas,  
 só essas são as que se aproveitam  
 só essas são as que sustentam o mundo.”

Parabéns ao brilhante autor!

Desejo a todos e a todas uma proveitosa leitura!

**Reynaldo Soares da Fonseca**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Professor da UFMA em colaboração técnica na UNB.  
 Mestre em Direito Público. Doutor em Direito Constitucional. Pós-Doutor em Direitos Humanos.*



# APRESENTAÇÃO

Com satisfação, apresento esta obra de Direito Penal do brilhante amigo e colega de Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Fábio Ianni Goldfinger. O autor, além de Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social da capital de Mato Grosso do Sul, é mestrando em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, além de autor de diversos livros jurídicos.

Inicialmente, cumpre destacar que o compromisso com rigor científico aliado à didática moderna e coerente já credenciam este trabalho, agora publicado como indispensável para aqueles que percorrem o estudo do Direito Penal.

Nesta obra o autor utiliza seus conhecimentos de mais de quinze anos como Promotor de Justiça, aliados à vida acadêmica que desenvolve, para percorrer, com estilo próprio e clareza didática, os diversos institutos de Direito Penal, permitindo ao leitor compreender o momento atual da dogmática penal brasileira e a orientação prevalente dos tribunais, contribuindo de maneira singular para o leitor fixar os temas.

O presente livro reúne os principais conceitos com fundamento na doutrina e na jurisprudência, bem como na legislação vigente. O autor, com sensibilidade aguçada e profundo conhecimento dos temas, examina, em volume único, a Parte Geral e a Parte Especial do Direito Penal, tratando das teorias da lei penal, do crime e da pena, além da análise dos crimes em espécie.

A construção desta obra, com perfil didático único, permite tanto aos estudantes de graduação e pós-graduação, ao profissional da área jurídica ou aos que se preparam para concursos públicos fixarem os temas trazidos, uma vez que se desenrolam ao longo de suas páginas os institutos de Direito Penal e os dispositivos do Código Penal de modo contextualizado, com linguagem objetiva e inspirada em trazer o conhecimento ao leitor.

Atualizada com as mais recentes alterações do Código Penal, este livro trata o Direito Penal de uma maneira moderna, separando a análise dos seus institutos em vários tópicos, abordando detalhes que apenas a doutrina e o atual entendimento jurisprudencial, notadamente do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, são capazes de elucidar.

Fábio Ianni Goldfinger produziu um título completo, seduzindo aqueles que iniciam a leitura deste livro para que se encantem com suas páginas.

Boa leitura.

**Dr. Paulo Cezar dos Passos**

*Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul de 2016-2018. Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União de 2019-2020. Conselheiro Nacional do Ministério Público. Mestre pela Universidade Paranaense - UNIPAR. Doutorando pela Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (USP).*

## PARTE GERAL

### PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

#### CAPÍTULO 1

<b>NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL</b> .....	63
1.1. Introdução .....	63
1.2. Conceito de Direito Penal.....	63
1.2.1. Conceito Formal (Estático).....	64
1.2.2. Conceito Material .....	64
1.2.3. Conceito Sociológico (Dinâmico) .....	64
1.3. Características do Direito Penal.....	64
1.4. Conteúdo e Divisões do Direito Penal.....	66
1.5. Modalidades de Direito Penal .....	66
1.5.1. Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo .....	67
1.5.2. Direito Penal Fundamental (Nuclear ou Primário) e Direito Penal Complementar (Secundário).....	67
1.5.3. Direito Penal Comum e Direito Penal Especial.....	67
1.5.4. Direito Penal Geral e Direito Penal local.....	68
1.5.5. Direito Penal Material ou Substantivo e Direito Penal Formal ou Adjetivo	68
1.5.6. Direito Penal Subterrâneo e Paralelo.....	68
1.5.7. Direito Penal da Culpabilidade e da Periculosidade .....	68
1.5.8. Direito Penal Internacional e Direito Internacional Penal.....	69
1.5.9. Direito Penal do Fato, Direito Penal do Autor e Direito Penal do Autor às Avessas .....	69
1.5.10. Direito Penal de Emergência e Direito Penal Simbólico .....	70
1.6. Outras Categorias de Direito Penal.....	71

## **CAPÍTULO 2**

<b>CIÊNCIA DO DIREITO PENAL</b> .....	73
2.1. Introdução: Caráter Científico do Direito Penal.....	73
2.2. Dogmática Penal.....	73
2.3. Política Criminal .....	73
2.3.1. Descriminalização Formal e Informal.....	75
2.3.2. Despenalização Formal e Informal .....	76
2.4. Criminologia .....	76
2.5. Ciência Penal Total.....	77
2.6. Relacionamento do Direito Penal com Outras Ciências .....	77
2.6.1. Direito Penal e Psicologia .....	77
2.6.2. Direito Penal e Psiquiatria .....	78
2.6.3. Direito Penal e Sociologia.....	78
2.6.4. Direito Penal e Antropologia .....	79
2.6.5. Direito Penal e Medicina Legal .....	79

## **CAPÍTULO 3**

<b>FUNÇÕES DO DIREITO PENAL</b> .....	81
3.1. Funções Básicas do Direito Penal .....	81
3.2. Função de Proteção dos Bens Jurídicos .....	81
3.3. Função de Confirmação e Reconhecimento Normativo.....	81
3.4. Função de Controle Social - Direito Penal como Instrumento de Controle Social	82
3.5. Outras Funções do Direito Penal .....	82
3.5.1. Função de Garantia - Direito Penal como Garantia.....	82
3.5.2. Função Ético-Social do Direito Penal.....	82
3.5.3. Função Simbólica do Direito Penal.....	83
3.5.4. Função Motivadora do Direito Penal.....	83
3.5.5. Função de Redução da Violência Estatal .....	83
3.5.6. Função Promocional do Direito Penal.....	83

## **CAPÍTULO 4**

<b>HISTÓRIA DO DIREITO PENAL</b> .....	85
4.1. Introdução .....	85
4.2. As Vinganças nas Sociedades Primitivas .....	85
4.3. Vingança Divina .....	86
4.4. Vingança Privada .....	87
4.5. Vingança Limitada (Talião).....	87
4.6. Vinganças Públicas.....	88

4.7. Direito Penal na antiguidade .....	89
4.7.1. Direito Penal na Grécia .....	89
4.7.2. Direito Penal em Roma .....	89
4.8. Direito Penal Medieval .....	89
4.8.1. Direito Penal germânico .....	90
4.8.2. Direito Penal Canônico .....	90
4.8.3. Direito Penal comum .....	91
4.9. Período Humanitário .....	91

## **CAPÍTULO 5**

<b>HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....</b>	<b>93</b>
5.1. Direito Penal Positivo Brasileiro: Síntese Histórica .....	93
5.1.1. Ordenações do Reino de Portugal .....	93
5.1.2. Código Criminal do Império de 1830 .....	94
5.1.3. Período Republicano: O Código Penal de 1890 e a Consolidação das Leis Penais (1932) .....	95
5.1.4. Código Penal de 1940 e Suas Reformas .....	96

## **CAPÍTULO 6**

<b>ESCOLAS PENAIS .....</b>	<b>97</b>
6.1. Introdução .....	97
6.2. Escola Clássica .....	97
6.3. Escola Positiva .....	98
6.3.1. Cesare Lombroso .....	100
6.3.2. Enrico Ferri .....	101
6.3.3. Raffaele Garofalo .....	102
6.4. Escolas Ecléticas .....	102
6.4.1. Terceira Escola Italiana .....	102
6.4.2. Escola de Marburgo .....	103
6.4.3. Escola de Defesa Social .....	103
6.4.4. Escola Francesa .....	104
6.4.5. Escola Técnico-Jurídica .....	104
6.4.6. Escola Correcionista .....	105
6.4.7. Escola Humanista .....	105
6.4.8. Teoria Psicossocial da Criminalidade .....	105
6.4.9. Escola de Kiel .....	106
6.5. Diferenças Entre as Escolas .....	107

## **CAPÍTULO 7**

### **EVOLUÇÃO DA TEORIA-JURÍDICO DOGMÁTICA DO DIREITO PENAL: FASES PRINCIPAIS E SEUS SISTEMAS PENAIS**..... 109

7.1. Principais Sistemas Penais .....	109
7.2. Sistema Clássico.....	109
7.3. Sistema Neoclássico .....	110
7.3.1. Modelo Neokantista: Escola de Marburgo e Escola de Baden .....	110
7.3.2. Teoria Psicológica-Normativa da Culpabilidade.....	111
7.4. Sistema Finalista .....	111
7.4.1. O Finalismo de Welzel .....	112
7.4.2. Pós-Finalismo: o Normativismo Funcionalista .....	113
7.5. Sistemas Funcionalistas.....	113
7.5.1. Roxin e o Sistema Teleológico-Funcional .....	113
7.5.2. Jakobs e a Radicalização da Sistemática Funcional .....	113
7.5.3. Funcionalismo de Controle Social de Hassemer .....	114
7.5.4. Funcionalista Reduccionista de Zaffaroni.....	114

## **CAPÍTULO 8**

### **VELOCIDADES DO DIREITO PENAL**..... 117

8.1. Introdução .....	117
8.2. Direito Penal de Primeira Velocidade.....	117
8.3. Direito Penal de Segunda Velocidade.....	117
8.4. Direito Penal de Terceira Velocidade .....	118
8.5. Direito Penal de Quarta Velocidade .....	118
8.6. Direito Penal de Quinta Velocidade.....	119

## **CAPÍTULO 9**

### **TEORIAS JUSTIFICACIONISTAS** ..... 121

9.1. Início .....	121
9.2. Realismo Criminológico.....	121
9.3. Teoria das Janelas Quebradas e a Política da Tolerância Zero .....	122
9.4. Neorretribucionismo .....	123
9.5. Neorealistas (Realistas de Esquerda).....	123

## **CAPÍTULO 10**

### **DIREITO PENAL DO INIMIGO** ..... 125

10.1. Introdução .....	125
10.2. Origem.....	125
10.3. Fase Crítica.....	126
10.4. Fase Descritiva.....	126
10.5. Fase Legitimadora.....	126
10.6. Características .....	126
10.7. Questionamentos .....	127
10.8. Pressupostos e Limites .....	127
10.9. Harmonização com Princípios Constitucionais .....	127
10.10. Direito Penal do Autor .....	127
10.11. Direito Penal do Inimigo no Brasil .....	128

## **CAPÍTULO 11**

### **ABOLICIONISMO PENAL .....** 129

11.1. Introdução .....	129
11.2. Abolicionismo Anarquista .....	130
11.3. Abolicionismo de Louk Hulsman .....	131
11.4. Abolicionismo de Thomas Mathiesen.....	133
11.5. Abolicionismo de Nils Christie .....	134
11.6. Abolicionismo Moderado .....	135

## **CAPÍTULO 12**

### **RELAÇÃO DO DIREITO PENAL COM OUTROS RAMOS DO DIREITO..** 137

12.1. Direito Constitucional .....	137
12.2. Direito Processual Penal.....	137
12.3. Direito Civil .....	137
12.4. Direito Administrativo.....	138
12.5. Direito Tributário.....	138
12.6. Outros Ramos do Direito.....	138

## **CAPÍTULO 13**

### **DIREITO PENAL CONSTITUCIONAL .....** 139

13.1. Considerações Iniciais .....	139
13.2. Disposições Constitucionais de Direito Penal .....	140

## **CAPÍTULO 14**

<b>MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO</b> .....	141
14.1. Conceito .....	141
14.2. Mandados de Criminalização Expressos .....	141
14.2.1. Crimes de Racismo.....	142
14.2.2. Crime de Tortura, Tráfico e Terrorismo.....	142
14.2.3. Ação de Grupos Armados, Cíveis ou Militares, Contra a Ordem Constitucional e o Estado Democrático .....	142
14.2.4. Crime de Retenção Dolosa do Salário de Trabalhadores.....	142
14.2.5. Crimes de Abuso, Violência e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente .....	143
14.2.6. Crimes Contra o Meio Ambiente .....	143
14.3. Mandados Implícitos de Criminalização.....	143
14.4. Efeitos .....	144
14.5. Mandados de Criminalização no Direito Comparado .....	145

## **CAPÍTULO 15**

<b>PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL</b> .....	147
15.1. Noção Geral .....	147
15.2. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	147
15.3. Princípio da Fraternidade .....	148
15.4. Princípio da Proibição do Retrocesso .....	148
15.5. Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal.....	149
15.6. Princípio da Intervenção Mínima ou <i>Ultima Ratio</i> .....	149
15.6.1. Direito Penal Mínimo e seus princípios: Alessandro Baratta .....	149
15.6.1.1. Intrassistemáticos da Mínima Intervenção.....	150
15.6.1.2. Princípios Extrassistemáticos da Mínima Intervenção Penal: 1) Princípios Extrassistemáticos da Discriminação e 2) Princípios Metodológicos da Construção Alternativa dos Conflitos e dos Problemas Sociais. ....	152
15.7. Princípio da Fragmentariedade.....	154
15.8. Princípio da Subsidiariedade.....	154
15.9. Princípio da Humanidade .....	154
15.10. Princípio da Pessoalidade (Intranscendência, Personalidade, Responsabili- dade Pessoal).....	155
15.11. Princípio da Vedação à Conta Corrente .....	155
15.12. Princípio da Responsabilidade Penal Subjetiva (Princípio da Culpabilidade)	155

15.13. Princípio da Individualização da Pena .....	156
15.14. Princípio do <i>Non Bis In Idem</i> .....	156
15.15. Princípio da Lesividade (Ofensividade).....	157
15.16. Princípio da Lesividade e Ofensividade Reflexa .....	157
15.17. Princípio da Materialidade.....	157
15.18. Princípio da Alteridade (ou Transcendentalidade).....	158
15.19. Princípio do Direito Penal do Fato (Responsabilidade pelo Fato).....	158
15.20. Princípio da Exclusiva Proteção ao Bem Jurídico.....	158
15.21. Princípio da Necessidade Concreta da Pena ou da Necessidade das Reações Penais .....	158
15.22. Princípio da Insignificância (Bagatela) .....	159
15.23. Princípio da Proporcionalidade .....	159
15.24. Princípio da Vedação ao Excesso em Execução ou da Coisa Julgada .....	160
15.25. Princípio da Vedação a Proteção Deficiente .....	160
15.26. Princípio da Adequação Social.....	160
15.27. Princípio da Necessidade ou Idoneidade.....	161
15.28. Princípio da Confiança .....	161
15.29. Princípio da Isonomia ou da Igualdade .....	162
15.30. Princípio da Culpabilidade (ou Corresponsabilidade).....	162
15.31. Princípio da Presunção de Inocência.....	162
15.32. Princípio da Independência das Instâncias.....	162
15.33. Princípio da Proibição da Dupla Punição .....	162
15.34. Princípio da Boa-Fé e <i>Pro Homine</i> .....	163
15.35. Princípio de Proscrição da Grosseira Inidoneidade do Poder Punitivo, de Proscrição da Grosseira Inidoneidade da Criminalização e de Limitação Máxima da Resposta Contingente.....	163
15.36. Princípio da Superioridade Ética do Estado.....	164
15.37. Princípio do Saneamento Genealógico.....	165
15.38. Princípio do Limite de Último Grau Histórico em Matéria Penal .....	165
15.39. Princípio da Autorresponsabilidade .....	166
15.40. Princípio da Imputação Pessoal.....	166
15.41. Princípio da Autonomia .....	166
15.42. Princípio da Desculpa .....	166
15.43. Princípio da Referência Constitucional .....	166
15.44. Princípios da Constitucionalidade das Normas Penais.....	167
15.45. Princípio da Utilidade Social .....	167

## **CAPÍTULO 16**

<b>PRINCÍPIO DA LEGALIDADE OU DA RESERVA LEGAL .....</b>	<b>169</b>
16.1. Considerações Iniciais .....	169
16.2. Significado Essencial do Princípio .....	170
16.3. Exceções e Reações ao Princípio da Reserva Legal .....	171
16.4. Fundamento Político .....	171
16.5. Fundamento Jurídico e o Princípio da Taxatividade.....	172
16.6. Princípio da Reserva Legal e o Tipo Penal Aberto.....	172
16.7. Princípio da Reserva Legal e a Norma Penal em Branco.....	173
16.7.1. Espécies de normais penais em branco .....	175
16.7.2. Intermitência da Norma Penal em Branco .....	176
16.8. Princípio da Reserva Legal e o Tipo Penal Remissivo.....	177
16.9. Princípio da Reserva Legal e as Contravenções Penais .....	177
16.10. Princípio da Reserva Legal e as Penas .....	177
16.11. Princípio da Reserva Legal e o Princípio da “Legalidade” .....	178
16.12. Princípio da Reserva Legal e as Espécies Normativas.....	178
16.13. Princípio da Reserva Legal e as Normas Penais Não Incriminadoras.....	178
16.14. Princípio da Reserva Legal e Tratados Internacionais.....	179
16.15. Princípio da Reserva Legal e o Direito Penal Internacional .....	180

## **CAPÍTULO 17**

<b>FONTES DO DIREITO PENAL.....</b>	<b>183</b>
17.1. Introdução .....	183
17.2. Fontes Matérias (Substanciais ou de Produção) .....	183
17.3. Fontes Formais (De Cognição ou de Conhecimento).....	183
17.3.1. Fonte Formal Imediata.....	183
17.3.2. Fontes Formais Mediatas (Secundárias) .....	184

## **CAPÍTULO 18**

<b>INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL .....</b>	<b>187</b>
18.1. Introdução e Conceito .....	187
18.2. Espécies.....	187
18.2.1. Interpretação Quanto ao Sujeito .....	187
18.2.2. Interpretação Quanto ao Modo, Meio ou Método .....	188
18.2.3. Interpretação Quanto ao Resultado .....	189
18.3. Elementos de Interpretação .....	189

18.4. Interpretação Progressiva, Adaptativa ou Evolutiva .....	190
18.5. Interpretação Extensiva .....	190
18.6. Interpretação Analógica ou <i>Intra Legem</i> .....	191
18.7. Interpretação <i>Sui Generis</i> : Exofórica e Endofórica .....	191
18.8. Princípio do <i>Indubio Pro Reo</i> .....	191
18.9. Distinção Entre Analogia, Interpretação Extensiva e Interpretação Analógica	192
18.10. Interpretação Conforme a Constituição e o Direito Penal .....	192
18.11. Diálogo das Fontes e o Princípio <i>Pro Homine</i> .....	193
18.12. Exposição de Motivos e a Rubrica: Meios de Interpretação .....	193

## CAPÍTULO 19

<b>ANALOGIA E EQUIDADE</b> .....	195
19.1. Analogia .....	195
19.1.1. Conceito .....	195
19.1.2. Pressupostos de Aplicação .....	195
19.1.3. Fundamento .....	195
19.1.4. Natureza Jurídica .....	195
19.1.5. Analogia <i>a Simile</i> e Analogia <i>a Maiori Ad Minus</i> .....	195
19.1.6. Analogia <i>In Bonam Partem</i> e <i>In Malam Partem</i> .....	196
19.1.7. Espécies.....	196
19.1.8. Vedações .....	196
19.2. Equidade .....	197
19.2.1. Introdução .....	197
19.2.2. Equidade na Elaboração de Leis .....	197
19.2.3. Equidade e a Aplicação do Direito .....	197
19.2.4. Equidade na Interpretação das Leis .....	198

## CAPÍTULO 20

<b>LEI PENAL NO TEMPO</b> .....	199
20.1. Introdução: A Lei Penal e sua Vigência.....	199
20.2. Revogação da Lei Penal .....	200
20.3. Conflitos de Leis Penais no Tempo .....	200
20.4. Combinação de Leis Penais ( <i>Lex Tertia</i> ).....	201
20.5. Lei Penal Mais Grave ou <i>Lex Gravior</i> .....	201
20.6. <i>Abolitio Criminis</i> e <i>Novatio Legis In Mellius</i> .....	202
20.6.1. <i>Abolitio Criminis</i> e Revogação de Tipo Penal (Princípio da Continuidade Normativo-Típica) .....	202

20.6.2. Efeitos da <i>Abolitio Criminis</i> .....	203
20.6.3. <i>Abolitio Criminis</i> Temporária e Lei Penal Inconstitucional Benéfica .....	203
20.7. Lei Penal Intermediária .....	204
20.8. Sucessão de Leis Penais .....	204
20.9. Competência para Aplicação da Lei Penal Benéfica.....	204
20.10. Crime Permanente e Crime Continuado .....	204
20.11. Retroatividade da Jurisprudência .....	205
20.12. Retroatividade da Norma Penal em Branco.....	205

## **CAPÍTULO 21**

<b>LEIS PENAIS INTERMITENTES</b> .....	207
21.1. Introdução .....	207
21.2. Leis Temporárias .....	207
21.3. Leis Excepcionais.....	207
21.4. Características e Efeitos .....	208
21.5. Constitucionalidades das Leis Penais Intermitentes .....	208
21.6. Lei Intermitente e a Pena de Morte .....	209
21.7. Tipo Penal Circunstanciado .....	210

## **CAPÍTULO 22**

<b>TEMPO DO CRIME</b> .....	211
22.1. Considerações Gerais.....	211
22.2. Efeitos .....	211
22.3. Tempo do Crime e Contagem do Prazo Prescricional .....	212

## **CAPÍTULO 23**

<b>CONFLITO APARENTES DE NORMA</b> .....	215
23.1. Introdução ao Conflito Aparente de Leis .....	215
23.2. Requisitos.....	215
23.3. Objetivos .....	215
23.4. Distinção em Relação à Outros Institutos .....	216
23.4.1. Concurso de Delitos.....	216
23.5. Espécies de Princípios para a Solução de Conflitos.....	216
23.5.1. Princípio da Especialidade ( <i>Lex Specialis Derogat Generali; Semper Specialia Generalibus Insunt; Generi Per Speciem Derogatur</i> ).....	217
23.5.2. Princípio da Subsidiariedade .....	217
23.5.3. Princípio da Consunção ou da Absorção ( <i>Lex Consumens Derogat Legi Consumptae</i> ) .....	218
23.5.4. Princípio da Alternatividade.....	219

## **CAPÍTULO 24**

<b>TERRITORIALIDADE DA LEI PENAL BRASILEIRA .....</b>	<b>221</b>
24.1. Introdução: Lei Penal no Espaço .....	221
24.2. Teorias do Lugar do Delito ( <i>Locus Delicti</i> ).....	221
24.2.1. Exceções a Teoria da Ubiquidade.....	222
24.3. Princípio da Territorialidade.....	223
24.3.1. Conceito de Território e seus Elementos .....	223
24.3.2. Território por Extensão ou Equiparação.....	224
24.3.3. Direito de Passagem Inocente .....	224
24.4. Foro Competente .....	226
24.4.1. Julgamento de Crimes Praticados a Bordo de Aeronaves ou Navios....	226
24.5. Lei Penal e Convenção de Tóquio .....	226
24.6. Crimes Cometidos em Lugar Não Pertencente a Qualquer País .....	227

## **CAPÍTULO 25**

<b>EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL BRASILEIRA .....</b>	<b>229</b>
25.1. Introdução .....	229
25.2. Princípios.....	229
25.2.1. Princípio da Personalidade (ou Nacionalidade).....	229
25.2.2. Princípio do Domicílio .....	230
25.2.3. Princípio da Defesa, Real ou da Proteção.....	230
25.2.4. Princípio da Justiça Universal ou Cosmopolita.....	230
25.2.5. Princípio da Representação, Pavilhão, Pavilhão, da Bandeira subsidiário da substituição.....	230
25.3. Extraterritorialidade Incondicionada.....	230
25.3.1. Proibição do <i>Bis In Idem</i> .....	232
25.3.2. Lei de Tortura .....	232
25.4. Extraterritorialidade Condicionada .....	232
25.5. Extraterritorialidade e o Código Penal Militar .....	233
25.6. Aplicação da Lei Penal Estrangeira e Fatos Praticados no Território Nacional	233
25.7. Extradicação .....	233
25.8. Expulsão.....	234
25.9. Deportação.....	235
25.10. Pena Cumprida no Estrangeiro .....	235
25.11. Tribunal Penal Internacional ou Corte Penal Internacional .....	236

## **CAPÍTULO 26**

<b>EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS .....</b>	<b>237</b>
26.1. Limites ao Exercício do Direito de Punir do Estado: Introdução .....	237
26.2. Imunidades Diplomáticas .....	237
26.3. Natureza Jurídica e Renúncia .....	238
26.4. Imunidades Parlamentares .....	238
26.4.1. Imunidade Parlamentar Federal.....	239
26.4.1.1. Imunidade Material, Real ou Substantiva (Inviolabilidade).....	239
26.4.1.2. Imunidade Processual, Formal ou Adjetiva.....	241
26.4.1.3. Imunidade Prisional .....	241
.....	241
26.4.1.4. Imunidade para o Processo.....	241
.....	241
26.4.2. Imunidade Parlamentar Estadual.....	242
.....	242
26.4.3. Imunidade Parlamentar Municipal .....	242
26.5. Imunidade do Parlamentar e Estado de Sítio.....	242
26.6. Imunidade Parlamentar à Atuação como Testemunha.....	243
26.7. Imunidade a Incorporação às Forças Armadas.....	243
26.8. Imunidade Presidencial e de Governadores de Estado e do Distrito Federal	243
26.8.1. Prefeitos Municipais .....	245
26.8.2. Advogados .....	245

## **CAPÍTULO 27**

<b>EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA .....</b>	<b>247</b>
27.1. Homologação de Sentença Estrangeira e Soberania Nacional .....	247
27.1.1. Hipóteses para Homologação.....	247
27.1.2. Reparação Civil.....	247
27.1.3. Aplicação de Medida de Segurança .....	248
27.1.4. Lavagem de Dinheiro .....	248
27.2. Efeitos de Sentença Condenatória Estrangeira que Independem de Homologação ...	248

## **CAPÍTULO 28**

<b>DISPOSIÇÕES FINAIS DO CÓDIGO PENAL.....</b>	<b>249</b>
28.1. Contagem do Prazo Penal .....	249
28.2. Fração Não Computável da Penal .....	249
28.3. Legislação Especial.....	250

## PARTE II – TEORIA JURÍDICA DO CRIME

### CAPÍTULO 29

<b>INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME</b> .....	253
29.1. Introdução .....	253
29.2. Conceito de Crime.....	254
29.2.1. Conceito Formal.....	254
29.2.2. Conceito Material .....	255
29.2.3. Conceito Analítico .....	255
29.3. Diferenças Entre Crime e Contravenção Penal .....	257

### CAPÍTULO 30

<b>BEM JURÍDICO PENAL</b> .....	259
30.1. Conceito .....	259
30.1.1. Discricionariedade da Escolha do Bem-Jurídico Penal .....	260
30.1.2. A Lesão a Interesses Alheios e o <i>Harm Principle</i> .....	260
30.2. Funções do Bem Jurídico.....	261
30.3. Teorias Constitucionais .....	262
30.4. A (In)Constitucionalidade da Norma Penal sem Bem Jurídico: “Crime sem Bem Jurídico” e o Dogma Penal .....	263
30.5. Oposições à Teoria do Bem Jurídico.....	264
30.6. Bem Jurídico-Penal Supraindividual .....	265
30.6.1. Bens Jurídicos Imediatos e Intermediários .....	266

### CAPÍTULO 31

<b>OBJETO DO CRIME</b> .....	267
31.1. Espécies.....	267
31.2. Objeto Jurídico .....	267
31.3. Objeto Material do Crime .....	268

### CAPÍTULO 32

<b>SUJEITO ATIVO DO CRIME</b> .....	271
32.1. Conceito .....	271
32.2. Capacidade Ativa .....	271
32.3. Imputabilidade e Capacidade.....	271

## **CAPÍTULO 33**

<b>SUJEITO PASSIVO DO CRIME .....</b>	<b>273</b>
33.1. Conceito e Outras Designações.....	273
33.2. Animais como Vítimas de Crime? .....	273
33.3. Prejudicado pelo Crime .....	275
33.4. Sujeito Passivo e Objeto Material .....	275

## **CAPÍTULO 34**

<b>PAPEL DA VÍTIMA NO DIREITO PENAL .....</b>	<b>277</b>
34.1. A Vítima .....	277
34.2. Vitimologia.....	277
34.3. Conceito de Vítima .....	277
34.4. Classificações de Vítima .....	278
34.4.1. Vítima sem Crime e Crime sem Vítima .....	281
34.4.2. Vitimização.....	281
34.5. Vitimização Primária, Secundária e Terciária.....	281
34.6. Criminalidade Oculta e as Cifras.....	282
34.7. Vitimodogmática.....	282
34.8. Formas Específicas de Proteção Legal da Vítima .....	283

## **CAPÍTULO 35**

<b>RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA .....</b>	<b>285</b>
35.1. Problemática .....	285
35.2. Sistemas de Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: Sistema Inglês e Sistema Francês .....	285
35.3. Previsão no Direito Brasileiro.....	286
35.4. Responsabilidade das Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	287
35.5. Extinção da Pessoa Jurídica .....	287
35.6. Entes Despersonalizados.....	288
35.7. <i>Habeas Corpus</i> e a Pessoa Jurídica.....	288
35.8. Atos Processuais e Pessoas Jurídicas .....	289
35.9. Interesse ou Benefício da Pessoa Jurídica .....	289
35.10. Dupla Imputação e o Concurso de Pessoas .....	289
35.11. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica nos Crimes Contra Honra .....	290
35.12. Responsabilidade da Pessoa Jurídica no Direito Penal Internacional .....	290

## **CAPÍTULO 36**

<b>CLASSIFICAÇÃO DOS DELITOS</b> .....	291
36.1. Introdução .....	291
36.2. Crimes Comuns e Especiais .....	291
36.3. Crimes Materiais, Formais e de Mera Conduta.....	291
36.4. Crimes de Lesão e Crimes de Perigo .....	292
36.5. Crimes Instantâneos, Permanentes e a Prazo.....	292
36.6. Crimes Comissivos e Omissivos .....	293
36.7. Crimes Comuns, Próprios, Bipróprios e de Mão Própria .....	293
36.8. Crimes Unissubjetivos e Plurissubjetivos.....	294
36.9. Crimes de Subjetividade Passiva Única e de Dupla Subjetividade Passiva ...	294
36.10. Crimes Simples, Complexos e Ultracomplexo .....	295
36.11. Crimes Mono-Ofensivos e Pluriofensivos .....	295
36.12. Crimes Unissubstitentes e Plurissubstitentes.....	295
36.13. Crimes de Forma Livre e de Forma Vinculada.....	296
36.14. Crimes Principais e Crimes Acessórios.....	296
36.15. Crime Conexos e Crimes Independentes .....	296
36.16. Crimes à Distância, Plurilocais e em Trânsito .....	297
36.17. Crimes Transeuntes e Não Transeuntes.....	298
36.18. Crime Consumado e Crime Tentado .....	298
36.19. Crime de Ação Simples e Crimes de Ação Múltipla .....	298
36.20. Crime Nacional ou Crime Internacional.....	298
36.21. Crime Doloso, Culposo ou Preterdoloso .....	299
36.22. Outras Classificações de Delitos.....	300

## **CAPÍTULO 37**

<b>FATO TÍPICO</b> .....	313
37.1. Conceito .....	313
37.2. Caracteres e Elementos .....	313

## **CAPÍTULO 38**

<b>PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA</b> .....	315
38.1. Conceito e Origem .....	315
38.2. Natureza Jurídica .....	315
38.3. Requisitos Objetivos .....	316

38.4. Requisitos Subjetivos .....	317
38.5. Cabimento .....	318
38.6. Momento para Aplicação .....	319
38.7. Princípio da Insignificância Imprópria .....	320
38.8. Registros Criminais Pretéritos e Princípio da Insignificância .....	321
38.9. Legislação Infraconstitucional .....	321
38.10. Distinção do Princípio da Insignificância e do Princípio da Lesividade .....	321
38.11. Distinção do Princípio da Insignificância e do Princípio da Intervenção Mínima .....	322
38.12. Distinção do Princípio da Insignificância e das Infrações de Menor Potencial Ofensivo .....	322
38.13. Distinção do Princípio da Insignificância e do Furto Privilegiado .....	322
38.14. Princípio da Insignificância e <i>Oculto Compensatio</i> .....	323
38.15. Casuísticas .....	323
38.15.1. Porte de Droga para Uso Próprio .....	323
38.15.2. Crimes Contra a Ordem Tributária .....	324
38.15.3. Contrabando e Descaminho .....	324
38.15.4. Roubo .....	325
38.15.5. Crimes Contra a Administração Pública .....	325
38.15.6. Crimes Contra a Fé-Pública .....	325
38.15.7. Crimes Praticados por Prefeito Municipal .....	326
38.15.8. Ato Infracional .....	326
38.15.9. Furtos em Continuidade Delitiva .....	327
38.15.10. Furto Qualificado .....	327
38.15.11. Furto de Aparelho Celular .....	327
38.15.12. Crime Ambiental .....	328
38.15.13. Crimes Militares .....	329
38.15.14. Rádio Pirata .....	329
38.15.15. Crimes ou Contravenções Penais Contra a Mulher no Âmbito das Relações Domésticas .....	330
38.15.16. Crime de Posse de Munição .....	330
38.15.17. Furto Famélico .....	331
38.15.18. Crime de Receptação .....	331
38.15.19. Dano Qualificado .....	331
38.15.20. Racismo .....	331
38.15.21. Apropriação Indébita Previdenciária .....	332
38.15.22. Crime de Estelionato (Previdenciário, FGTS e Seguro Desemprego) .....	332
38.15.23. Crime de Evasão de Divisa .....	332

38.15.24. Crimes Eleitorais .....	333
38.15.25. Crime de Disponibilização de Acesso à Internet Sem Autorização da Anatel.....	333
38.15.26. Venda de CD Pirata .....	333

## **CAPÍTULO 39**

<b>TEORIA DA TIPICIDADE .....</b>	<b>335</b>
39.1. Conceito .....	335
39.2. Evolução da Doutrina.....	335
39.3. Tipicidade e Antijuridicidade.....	336
39.4. Ausência de Tipicidade .....	336
39.5. Adequação Típica .....	336
39.5.1. Adequação Típica por Subordinação Imediata (Direta).....	336
39.5.2. Adequação Típica por Subordinação Mediata (Ampliativa ou por Extensão).....	337
39.6. Tipicidade Material .....	337
39.7. Tipicidade Conglobante.....	338

## **CAPÍTULO 40**

<b>CONDUTA .....</b>	<b>341</b>
40.1. Considerações Gerais.....	341
40.2. Distinção entre Conduta e Ato.....	341
40.3. Teorias da Conduta .....	341
40.3.1. Teoria Naturalística ou Causal .....	341
40.3.2. Teoria Final da Ação.....	342
40.3.3. Teoria Sintomática.....	342
40.3.4. Teoria Social da Ação.....	342
40.3.5. Teoria Pessoal da Ação.....	343
40.3.6. Teoria Negativa da Ação .....	343
40.3.7. Teoria da Ação Comunicativa.....	343
40.3.8. Teoria da Ação Significativa .....	344
40.3.9. Teoria da Jurídico-Penal da Conduta.....	344
40.4. Características da Conduta.....	345
40.5. Elementos da Conduta.....	345
40.6. Exclusão da Conduta .....	346
40.6.1. Involuntariedade.....	346

40.6.2. Coação Física Irresistível.....	347
40.6.3. Caso Fortuito ou Força Maior .....	347
40.7. Fases de Realização da Conduta .....	347
40.8. Formas de Conduta.....	348
40.8.1. Quanto a Voluntariedade do Agente .....	348
40.8.2. Erro de Tipo .....	348
40.8.3. Quanto ao Modo de Execução.....	349

## **CAPÍTULO 41**

<b>OMISSÃO E SUAS FORMAS .....</b>	<b>351</b>
41.1. Aspectos Gerais da Omissão.....	351
41.2. Teorias da Omissão.....	351
41.3. Espécies de Omissão.....	352
41.3.1. Omissão Própria .....	352
41.3.2. Omissão Imprópria.....	353
41.3.3. Omissão de evento (resultado).....	353
41.3.3.1. Dever Jurídico de Agir.....	354
41.3.3.2. Poder de Agir .....	355
41.3.4. Causalidade da Omissão Imprópria.....	356
41.3.5. Participação por Omissão .....	357
41.4. Relação de Causalidade e Questões Controversas .....	357
41.4.1. Omissão de Socorro Quanto ao Agressor .....	357
41.4.2. Relação de Garantia entre Pais e Filhos Menores .....	357
41.4.3. Relação de Garantia em Relacionamento Diversos .....	357
41.4.4. Surgimento de Novas Causas Geradoras do Dever de Garante.....	358

## **CAPÍTULO 42**

<b>RESULTADO .....</b>	<b>359</b>
42.1. Noções Gerais.....	359
42.2. Resultado Normativo ou Jurídico .....	359
42.3. Resultado Naturalístico ou Material .....	359
42.4. Resultado nos Crimes de Perigo.....	360
42.5. Distinção entre Resultado e Evento .....	361

## **CAPÍTULO 43**

<b>DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....</b>	<b>363</b>
43.1. Introdução e Conceito de Nexo Causal.....	363
43.2. Teorias .....	363
43.2.1. Teoria da Relevância Jurídica .....	364
43.2.2. Equivalência dos Antecedentes .....	364
43.2.2.1. Causalidade Hipotética às Aversas.....	366
43.2.3. Casualidade Adequada .....	366
43.3. Concausa .....	368
43.4. Exceção à Teoria “ <i>Condictio Sine Qua Non</i> ” .....	369

## **CAPÍTULO 44**

<b>TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA (<i>Teoria dos papéis de Jakobs</i>)....</b>	<b>371</b>
44.1. Introdução .....	371
44.2. Significado.....	371
44.3. Natureza Jurídica .....	372
44.4. Pressupostos.....	372
44.5. Imputação Objetiva: Ordenamento Jurídico Penal no Brasil e Jurisprudência	373

## **CAPÍTULO 45**

<b>TEORIA DO TIPO.....</b>	<b>375</b>
45.1. Introdução .....	375
45.2. Outros Usos Doutrinários da Palavra Tipo.....	375
45.3. Tipo Legal: Origens e Evolução .....	376
45.4. Funções do Tipo Legal.....	376
45.5. Elementos do Tipo Legal.....	377
45.6. Tipo Normal e Tipo Anormal.....	378
45.7. Tipo Fundamental e Tipo Derivado .....	378
45.8. Tipo Fechado e Tipo Aberto .....	378
45.9. Tipo Simples e Tipo Misto .....	378
45.10. Tipo Congruente e Tipo Incongruente.....	379
45.11. Tipo Preventivo.....	379
45.12. Tipo de Fato e Tipo de Autor.....	379
45.13. Tipo Conglobante, Tipo Remetido e Tipo de Ação .....	379
45.14. Tipo Proibitivo, Tipo Mandamental, Tipo Permissivo e Tipo Justificante.....	380

## CAPÍTULO 46

<b>CRIME DOLOSO</b> .....	381
46.1. Conceito .....	381
46.2. Teorias do Dolo .....	381
46.2.1. Teoria da Vontade .....	381
46.2.2. Teoria do Assentimento.....	381
46.2.3. Teoria da Representação.....	381
46.2.4. Teoria da Probabilidade .....	381
46.3. Dolo no Código Penal e as Teorias Adotadas .....	382
46.4. Elementos do Dolo.....	382
46.5. Características do Dolo .....	383
46.6. Espécies de Dolo .....	383
46.6.1. Dolo Natural ou Neutro .....	383
46.6.2. Dolo Normativo ou Híbrido.....	383
46.6.3. Dolo Direto ou Determinado (Intencional, Imediato ou Incondicionado) e Dolo Indeterminado .....	383
46.6.4. Dolo Indireto ou Indeterminado: Dolo Alternativo ou Dolo Eventual .....	383
46.6.5. Dolo Cumulativo.....	384
46.6.6. Dolo de Dano e Dolo de Perigo .....	384
46.6.7. Dolo Genérico .....	385
46.6.8. Dolo Específico .....	385
46.6.9. Dolo Geral .....	385
46.6.10. Dolo de Primeiro Grau .....	385
46.6.11. Dolo de Segundo Grau .....	386
46.6.12. Dolo de Terceiro Grau .....	386
46.6.13. Dolo Antecedente, Concomitante e Subsequente .....	386
46.6.14. Dolo de Propósito ou de Ímpeto (ou dolo repentino) .....	387
46.6.15. Dolo Abandonado .....	388
46.6.16. Dolo Global ou Unitário.....	388
46.6.17. <i>Dolus Bonus</i> e <i>Dolus Malus</i> .....	388
46.6.18. Dolo Valorado e Dolo Desvalorado .....	388
46.6.19. Dolo Enantiomórfico.....	388
46.6.19.1. Dolo sem vontade.....	388
46.6.19.2. Prova do dolo: Teoria dos indicadores externos de Hassemer...	389
46.7. Dolo e Pena.....	389
46.8. Dolo nos Crimes Comissivos por Omissão .....	390

46.9. Fases da Conduta Dolosa.....	390
46.10. Crimes Ultrainencionais .....	390
46.11. Crimes de Tendência Peculiar.....	391
46.12. Dolo Eventual e Teoria da Cegueira Deliberada (Cegueira Internacional ou <i>Willful blindness</i> , do Mundo Anglo-Saxão).....	391
46.13. Elemento Subjetivo nas Contravenções .....	392

## **CAPÍTULO 47**

<b>CRIME CULPOSO .....</b>	<b>393</b>
47.1. Tipo Culposos .....	393
47.2. Elementos do Fato Típico Culposos .....	393
47.3. Princípio do Incremento do Risco .....	395
47.4. Modalidades de Culpa: Imprudência, Negligência e Imperícia .....	396
47.5. Crime Culposos e Tipo Penal Aberto .....	396
47.6. Classificação de Culpa.....	397
47.6.1. Culpa Consciente (Com Representação) e Culpa Inconsciente (Sem Representação) .....	397
47.6.2. Culpa Própria e Culpa Imprópria.....	397
47.6.3. Culpa Direta e Culpa Mediata ou Indireta.....	397
47.6.4. Culpa Temerária (Culpa Grosseira) .....	397
47.6.5. Culpa Presumida ( <i>In Re Ipsa</i> ).....	398
47.7. Diferença entre Culpa Consciente e Dolo Eventual .....	399
47.8. Graus de Culpa .....	401
47.9. Concorrência e Compensação de Culpas.....	402
47.10. Tentativa nos Crimes Culposos.....	403
47.11. Participação nos Crimes Culposos.....	403
47.12. Exclusão da Culpa .....	404
47.12.1. Princípio da Confiança e Crimes Culposos.....	404
47.12.2. Erro Profissional.....	404
47.12.3. Caso Fortuito e Força Maior .....	404
47.12.4. Risco Tolerado .....	404
47.13. Omissões Culposas e a Teoria do <i>aliud agere</i> .....	405

## **CAPÍTULO 48**

<b>CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO .....</b>	<b>407</b>
48.1. Considerações Iniciais .....	407
48.2. Crimes Qualificados pelo Resultado .....	407
48.3. Espécies de Crimes Qualificados pelo Resultado.....	408

48.4. Nexo de Causalidade da Conduta e Resultado Agravador.....	409
48.5. Crimes Preterdolosos ou Preterintencional.....	409
48.5.1. Componentes.....	410
48.5.2. Tentativa no Preterdoloso .....	411
48.5.3. Latrocínio .....	411
48.5.4. Lesões Corporais de Natureza Grave ou Gravíssima .....	411
48.6. Crítica aos Delitos Preterdolosos .....	412
48.7. Reincidência no Delito Preterdoloso .....	412

## **CAPÍTULO 49**

<b>ERRO DE TIPO .....</b>	<b>413</b>
49.1. Erro no Direito Penal.....	413
49.2. Conceito: Erro de Tipo .....	413
49.3. Distinção entre Erro de Tipo e Erro de Proibição .....	413
49.4. Espécies de Erro de Tipo .....	414
49.4.1. Erro de Tipo Essencial .....	414
49.4.1.1. Efeito.....	415
49.4.1.2. Erro de Tipo Incriminador e Permissivo.....	416
49.4.2. Erro de Tipo Acidental.....	416
49.5. Erro de Tipo e Crimes Omissivos Impróprios.....	416
49.6. Erro sobre o Objeto Material: Sobre a Pessoa e sobre a Coisa .....	417
49.7. Erro na Execução do rime.....	417
49.7.1. <i>Aberratio Ictus</i> , Desvio na Execução ou Erro de Golpe.....	417
49.7.2. <i>Aberratio Criminis</i> , <i>Aberratio Delicti</i> ou Resultado Diverso do Pretendido.....	418
49.8. Erro Sobre o Nexo Causal ou <i>Aberratio Causae</i> .....	419

## **CAPÍTULO 50**

<b>FASES DE REALIZAÇÃO DO CRIME OU ITER CRIMINIS .....</b>	<b>421</b>
50.1. Conceito .....	421
50.2. Fases do <i>Iter Criminis</i> .....	421
50.2.1. Fase Interna (Cogitação) .....	421
50.2.2. Fase Externa (Preparação, Execução e Consumação).....	422
50.2.2.1. Atos Preparatórios .....	422
50.2.2.2. Atos Executórios.....	422
50.2.2.3. Consumação.....	425
50.3. Exaurimento .....	425

## **CAPÍTULO 51**

<b>O CRIME CONSUMADO</b> .....	427
51.1. Conceito e Introdução .....	427
51.2. Diferença entre Crime Consumado e Crime Exaurido .....	427
51.3. Consumação nos Diversos Crimes .....	427

## **CAPÍTULO 52**

<b>DA TENTATIVA</b> .....	429
52.1. Introdução e Conceito .....	429
52.2. Natureza Jurídica .....	429
52.3. Elementos da Tentativa .....	430
52.4. Teorias e Punibilidade da Tentativa .....	430
52.5. Critérios para a Diminuição da Pena na Tentativa .....	432
52.6. Espécies de Tentativa .....	432
52.7. Diferença entre Crime Falho e Tentativa Falha .....	433
52.8. Tentativa e Crime de Ímpeto .....	434
52.9. Infrações que Não Admitem a Tentativa .....	434
52.10. Tentativa e Crime Culposos .....	437
52.11. Tentativa e Dolo Eventual .....	437
52.12. Casos Polêmicos .....	438

## **CAPÍTULO 53**

<b>ARREPENDIMENTO EFICAZ E DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA</b> .....	439
53.1. Introdução, Conceito e Previsão Legal .....	439
53.2. Distinção entre a Tentativa e a Desistência Voluntária ou Arrependimento Eficaz .....	439
53.3. Distinção entre Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz .....	439
53.4. Desistência Voluntária .....	440
53.4.1. Desistência Momentânea .....	440
53.4.2. Execução Retomada .....	441
53.5. Arrependimento Eficaz .....	441
53.6. Requisitos .....	441
53.7. Natureza Jurídica .....	441
53.8. Consequências ou Efeitos .....	443
53.9. Incompatibilidade com Alguns Crimes .....	443
53.10. Concurso de Pessoas: Comunicabilidade .....	443
53.11. Lei de Terrorismo .....	444

## **CAPÍTULO 54**

<b>ARREPENDIMENTO POSTERIOR OU PONTE DE PRATA.....</b>	<b>445</b>
54.1. Introdução e Dispositivo Legal .....	445
54.2. Natureza Jurídica .....	445
54.3. Fundamentos e Política Criminal .....	446
54.4. Requisitos.....	446
54.5. Critérios para a Diminuição da Pena.....	447
54.6. Momentos para a Reparação do Dano ou Restituição .....	447
54.7. Arrependimento Posterior e a Violência Imprópria.....	447
54.8. Atos Voluntários .....	448
54.9. Não Aceitação da Vítima .....	449
54.10. Reparação e Restituição Parcial .....	449
54.11. Extensão aos Coautores .....	449
54.12. Cooperação Dolosamente Distinta e Arrependimento Posterior.....	450
54.13. Reparação do Dano após o Recebimento da Denúncia .....	450
54.14. Arrependimento Posterior e Crime Culposos.....	450
54.15. Análises das Súmulas 554 e 246 do STF .....	450
54.16. Outros Casos Específicos de Reparação do Dano ou Restituição da Coisa .....	451

## **CAPÍTULO 55**

<b>CRIME PUTATIVO .....</b>	<b>453</b>
55.1. Conceito e Espécies.....	453
55.2. Crime de Alucinação .....	453
55.3. Crime Putativo por Erro de Tipo Invertido .....	454
55.4. Crime Putativo por Obra do Agente Provocador .....	454

## **CAPÍTULO 56**

<b>CRIME IMPOSSÍVEL.....</b>	<b>455</b>
56.1. Conceito e Dispositivo Legal.....	455
56.2. Natureza Jurídica .....	455
56.3. Elementos .....	455
56.4. Requisitos Essenciais .....	456
56.4.1. Ineficácia Absoluta do Meio .....	456
56.4.2. Absoluta Impropriedade do Objeto .....	456
56.4.3. Momento de Avaliação da Idoneidade do Meio ou do Objeto.....	457

56.5. Teorias sobre o Crime Impossível.....	457
56.6. Diferença entre Crime Impossível e Crime Putativo .....	458
56.7. Diferença entre Crime Impossível e Erro de Tipo .....	458
56.8. Crime Impossível e o Flagrante Provocado ou Preparado .....	459
56.9. Crime Impossível e Questões Polêmicas.....	459
56.9.1. Sistema de Vigilância e Crime Impossível .....	459
56.9.2. Carros Blindados.....	460
56.10. Delito de Periculosidade.....	460

## **CAPÍTULO 57**

<b>ANTI JURIDICIDADE .....</b>	<b>461</b>
57.1. Conceito .....	461
57.2. Terminologia: Antijuridicidade e Injusto. Antinormatividade e Antijuridicidade. Ilicitude e Antijuridicidade.....	461
57.3. Relação entre Tipicidade e Ilicitude .....	462
57.4. Ilicitudes Formal e Material .....	462
57.5. Ilicitude Penal e Extrapenal.....	463
57.6. Ilicitude Genérica e Específica .....	463
57.7. Ilicitude Objetiva e Subjetiva .....	463
57.8. Excludentes de Ilicitude ou Causas de Justificação.....	464
57.8.1. Ilicitude Diante da Teoria da Imputação Objetiva.....	465
57.8.2. Excesso.....	466
57.9. Elementos Objetivos e Subjetivos das Causas Excludentes da Ilicitude .....	467
57.10. Comunicabilidade das Excludentes a Ilicitude .....	468
57.11. Justificação nos Tipos Culposos .....	468
57.12. Causa Supralegal de Exclusão da Ilicitude: Consentimento do Ofendido ....	469
57.12.1. Conceito .....	469
57.12.2. Natureza Jurídica .....	469
57.12.3. Consequências .....	471
57.12.4. Requisitos .....	471
57.12.5. Casuísticas do Consentimento do Ofendido.....	472
57.12.5.1. A Disponibilidade do Bem Integridade Física .....	472
57.12.5.2. Capacidade para Consentir e Idade .....	473
57.12.5.3. Consentimento do Ofendido em Crimes Culposos.....	473
57.12.5.4. Intervenção Médica e Consentimento do Ofendido.....	474
57.12.5.5. Consentimento Manifestado por Mandato .....	475

57.12.5.6. Revogação do Consentimento.....	475
57.12.5.7. Consentimento Presumido.....	475
57.13. <i>Ticking Bomb Scenario Theory</i> : O Emprego da Tortura na Iminência de Ato Terrorista .....	476
57.14. Justificação Procedimental .....	477

## **CAPÍTULO 58**

<b>ESTADO DE NECESSIDADE.....</b>	<b>479</b>
58.1. Conceito .....	479
58.2. Fundamento .....	479
58.3. Modalidades .....	480
58.4. Natureza Jurídica .....	480
58.5. Teorias sobre o Estado de Necessidade.....	481
58.6. Requisitos.....	481
58.7. Causa de Diminuição .....	485
58.8. Estado de Necessidade e <i>Aberratio Ictus</i> .....	485
58.9. Estado de Necessidade e Dificuldades Econômicas .....	486
58.10. Estado de Necessidade Recíproco .....	486
58.11. Estados de Necessidade e os Crimes Habituais e Permanentes .....	486
58.12. Estado de Necessidade Efeitos Cíveis: Estado de Necessidade Contra Coisas .....	486
58.13. Reação Contra Inimputáveis .....	487
58.14. Porte de Arma e Estado de Necessidade .....	487
58.15. Comunicabilidade do Estado de Necessidade.....	487
58.16. Excesso no Estado de Necessidade .....	488
58.17. Estado de Necessidade e o Código Penal Militar .....	488

## **CAPÍTULO 59**

<b>LEGÍTIMA DEFESA.....</b>	<b>489</b>
59.1. Conceito da Legítima Defesa.....	489
59.2. Fundamentos e Princípios da Legítima Defesa .....	489
59.3. Modalidades da Legítima Defesa.....	490
59.4. Legítima Defesa Sucessiva e Recíproca .....	491
59.5. Natureza Jurídica da Legítima Defesa .....	491
59.6. Requisitos da Legítima Defesa .....	491
59.6.1. Agressão .....	491
59.6.2. Agressão Injusta .....	491

59.6.3. Atualidade ou Iminência da Agressão.....	492
59.6.4. Direito Próprio ou de Terceiro .....	492
59.6.5. Moderação: Princípio da Proporcionalidade .....	493
59.6.6. Necessidade .....	493
59.6.7. Elemento Subjetivo .....	494
59.7. Efeitos Cíveis da Legítima Defesa .....	495
59.8. <i>Aberratio Ictus</i> e Legítima Defesa.....	495
59.9. Coexistência de Legítima Defesa e Estado de Necessidade.....	495
59.10. Regra de Extensão para os Agentes de Segurança Pública: Legítima Defesa de Vítima Mantida de Refém .....	496
59.11. Legítima Defesa da Honra.....	496
59.12. Legítima Defesa contra Pessoa Jurídica.....	497
59.13. Legítima Defesa Contra Agressão de Inimputáveis .....	498
59.14. Legítima Defesa Contra Multidão.....	498
59.15. Legítima Defesa por Omissão.....	499
59.16. Legítima Defesa Praticada por Inimputáveis.....	499
59.17. Legítima Defesa por Provocação .....	500
59.18. Legítima Defesa da Comunidade.....	500
59.19. Legítima Defesa Contra Animais.....	501
59.20. Legítima Defesa contra Atos Preparatórios.....	501
59.21. Legítima Defesa Contra Crime Impossível.....	502
59.22. Legítima Defesa e Atos de Autoridades e Agentes Policiais .....	502
59.23. Legítima Defesa Putativa e Pretexto de Legítima Defesa.....	502
59.24. Legítima Defesa na Vingança e no Desafio .....	502
59.25. Legítima Defesa e Delito Culposos.....	503
59.26. Legítima Defesa do Estado .....	503

## **CAPÍTULO 60**

<b>ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....</b>	<b>505</b>
60.1. Conceito .....	505
60.2. Fundamento .....	505
60.3. Destinatários .....	505
60.4. Dever Legal.....	506
60.5. Cumprimento Estrito.....	506
60.6. Estrito Cumprimento nos Crimes Culposos .....	507
60.7. Estrito Cumprimento e Homicídio .....	507
60.8. Estrito Cumprimento e Tipicidade Conglobante.....	507
60.9. Situações Específicas de Cumprimento do Dever Legal .....	508

## **CAPÍTULO 61**

<b>EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO</b> .....	509
61.1. Conceito .....	509
61.2. Fundamento .....	509
61.3. Exercício do Direito .....	509
61.4. Exercício Regular: Limites da Excludente .....	509
61.5. Exercício Regular de Direito e Efeitos Cíveis .....	510
61.6. Distinção entre Cumprimento do Dever Legal e Exercício .....	510
61.7. Intervenções Médicas e Cirúrgicas: O “Consentimento Hipotético” .....	510
61.8. Lesões em Jogos Esportivos .....	511
61.9. Utilização de Cadáveres pelas Faculdades de Medicina .....	511
61.10. Atuação no Dever de Guarda e Educação dos Filhos .....	512
61.11. Ofendículos ou Ofensasculas .....	513
61.12. Situações Típicas de Exercício Regular de Direito .....	514
61.13. Atuação <i>Pro Magistratu</i> e a Autoajuda .....	515

## **CAPÍTULO 62**

<b>CULPABILIDADE</b> .....	517
62.1. Considerações Iniciais e Conceitos .....	517
62.2. Das Diversas Concepções de Culpabilidade .....	517
62.3. Evolução Dogmática da Culpabilidade .....	518
62.3.1. Considerações .....	518
62.3.2. Teoria Psicológica da Culpabilidade .....	518
62.3.3. Teoria Normativa ou Psicológico Normativa da Culpabilidade .....	519
62.3.4. Teoria Pura da Culpabilidade .....	521
62.3.5. Teoria Limitada da Culpabilidade .....	521
62.4. A Culpabilidade na Contemporaneidade .....	522
62.4.1. A Culpabilidade no Pós-Finalismo de Welzel .....	522
62.4.2. A Culpabilidade em Maurach .....	523
62.4.3. Funcionalismo e a Culpabilidade: Claus Roxin .....	523
62.4.4. Funcionalismo Sistemico e Culpabilidade em Jakobs .....	524
62.4.5. A Culpabilidade como Limite de Pena em Winfred Hassemer .....	525
62.4.6. Culpabilidade Referida à Pessoa .....	526
62.4.7. Culpabilidade pelo Caráter .....	526
62.4.8. Culpabilidade da Pessoa (ou Personalidade) .....	526
62.4.9. Negação da Culpabilidade .....	526

62.4.10. Coculpabilidade e Culpabilidade do Vulnerável .....	528
62.4.10.1. Coculpabilidade .....	528
62.4.10.2. Coculpabilidade às Aversas .....	528
62.4.10.3. Culpabilidade do Vulnerável .....	529
62.5. Modalidades de Culpabilidade .....	529
62.6. Culpabilidade Formal e Material.....	530
62.7. Tipo Positivo e Tipo Negativo de Culpabilidade.....	530
62.8. Culpabilidade e Neurociência.....	530

## **CAPÍTULO 63**

<b>DA IMPUTABILIDADE PENAL .....</b>	<b>533</b>
63.1. Conceito .....	533
63.2. Fundamento da Imputabilidade.....	533
63.3. Imputabilidade e Responsabilidade .....	533
63.4. Imputabilidade e Capacidade.....	533
63.5. Causas que Excluem a Imputabilidade.....	534
63.6. Sistemas para Apuração de Inimputabilidade.....	534
63.7. Momento para Aferição da Imputabilidade.....	535
63.8. Menoridade Penal .....	535
63.8.1. Menoridade no Código Penal Militar .....	536
63.8.2. Menoridade no Tribunal Penal Internacional.....	536
63.8.3. A Redução da Menoridade Penal .....	536
63.9. Inimputabilidade por Doença Mental ou Desenvolvimento .....	537
63.9.1. Mental ou Retardado.....	537
63.9.2. Doença Mental .....	537
63.9.3. Desenvolvimento Mental ou Retardado .....	538
63.9.4. Desenvolvimento Mental Incompleto .....	539
63.10. Efeitos da Inimputabilidade .....	539
63.11. Inimputabilidade Diminuída ou Restrita.....	539

## **CAPÍTULO 64**

<b>DA EMBRIAGUEZ .....</b>	<b>541</b>
64.1. Introdução e Conceito .....	541
64.2. Fases da Embriaguez .....	541
64.3. Classificação .....	541

64.4. Teoria da <i>Actio Libera In Causa</i> .....	543
64.5. Consequências da Embriaguez Fortuita e Completa.....	544
64.6. Prova da Embriaguez e Prova da Inimputabilidade .....	544
64.7. Embriaguez na Lei de Drogas.....	544

## **CAPÍTULO 65**

<b>A EMOÇÃO E A PAIXÃO</b> .....	547
65.1. Considerações Iniciais .....	547
65.2. Espécies.....	547
65.3. Emoção e Paixão como Excludentes da Culpabilidade .....	547
65.4. Emoção como Minorante e como Atenuante .....	548

## **CAPÍTULO 66**

<b>POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE</b> .....	549
66.1. Introdução e Conceito .....	549
66.2. Objetividade da Consciência da Ilícitude.....	549
66.3. Posicionamento na Teoria do Delito.....	551

## **CAPÍTULO 67**

<b>ERRO DE PROIBIÇÃO</b> .....	553
67.1. Considerações Iniciais .....	553
67.2. Erro de Proibição Escusável e Inescusável .....	553
67.2.1. Critério para Aferir .....	553
67.3. Consequências.....	554
67.4. Modalidades.....	554
67.4.1. Erro de Proibição Direto.....	554
67.4.2. Erro de Proibição Indireto .....	554
67.4.3. Erro de Proibição Mandamental.....	554
67.4.4. Outras Espécies de Erro de Proibição .....	554
67.5. Diferenças do Erro de Proibição e Delito Putativo .....	555
67.6. Erro de Compreensão.....	556
67.7. Discriminante ou Eximentes Putativa .....	556

## **CAPÍTULO 68**

<b>EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA</b> .....	559
68.1. Introdução e Conceito .....	559
68.2. Posição na Teoria do Delito .....	559
68.3. Previsão Legal .....	559
68.4. Origem .....	559
68.5. Causas Supralegais de Exclusão .....	560

## **CAPÍTULO 69**

<b>COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL OU MEDO INSUPERÁVEL</b> .....	565
69.1. Conceito e Espécies .....	565
69.2. Fundamento .....	566
69.3. Requisitos .....	566
69.4. Efeitos: Coagido e Coator .....	567
69.5. Rogas e Sugestão Hipnótica .....	567
69.6. Temor Reverencial .....	567
69.7. Diferença entre Estado de Necessidade e Coação Moral Irresistível .....	568

## **CAPÍTULO 70**

<b>OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA</b> .....	569
70.1. Conceito .....	569
70.2. Fundamento .....	569
70.3. Natureza Jurídica .....	570
70.4. Requisitos de Ordem Legal .....	570
70.5. Consequências para o Funcionário Público Subordinado e para o Superior ..	570
70.6. Obediência Hierárquica no Código Penal Militar .....	570

## **CAPÍTULO 71**

<b>CONCURSO DE PESSOAS</b> .....	571
71.1. Conceito e a Legislação Pertinente .....	571
71.2. Classificação dos Crimes Quanto ao Concurso de Pessoas .....	571
71.3. Teorias Relativas à Punibilidade no Concurso de Autor .....	572
71.3.1. Repercussão das Teorias Perante o Código Penal .....	572
71.4. Modalidades de Concurso de Pessoas .....	573
71.4.1. Autoria .....	573

71.4.1.1. Teorias sobre o Conceito de Autor.....	573
71.4.1.2. Teorias que Delimitam a Autoria e a Participação .....	575
71.4.1.2.1. Teoria Objetivo-Formal .....	575
71.4.1.2.2. Teoria Objetivo-Material.....	575
71.4.1.2.3. Teoria do Domínio do Fato .....	575
71.4.1.3. Autoria Direta (Imediata) e Indireta (Mediata).....	576
71.4.1.4. Autoria Indireta (Mediata) e Crimes Próprios e de Mão Própria ...	578
71.4.1.5. Classificações da Doutrina Sobre Autoria.....	578
71.4.1.5.1. Autoria Intelectual .....	578
71.4.1.5.2. Autoria por Convicção .....	578
71.4.1.5.3. Autoria por Determinação.....	578
71.4.1.5.4. Autoria Colateral .....	579
71.4.1.5.5. Autoria Incerta e Desconhecida.....	579
71.4.1.5.6. Executor de Reserva .....	580
71.4.1.5.7. Autoria de Escritório .....	580
71.4.1.5.8. Autoria de determinação .....	580
71.4.1.6. Coautoria .....	580
71.4.1.6.1. Coautoria em Crimes de Mãos Próprias, Próprios e Comuns	580
71.4.1.6.2. Coautoria Sucessiva.....	581
71.4.1.7. Tentativa e Coautoria .....	581
71.4.1.8. Participação .....	582
71.4.1.8.1. Conceito e Natureza Jurídica .....	582
71.4.1.8.2. Princípios da Participação .....	582
71.4.1.8.3. Fundamento da Punibilidade da Participação .....	583
71.4.1.8.4. Teorias sobre a Participação .....	583
71.4.1.8.5. Teorias da Participação e Autoria Mediata .....	584
71.4.1.8.6. Participação Posterior ao Crime .....	585
71.4.1.8.7. Participação Inócua .....	585
71.4.1.8.8. Conivência ou Participação Negativa.....	585
71.4.1.8.9. Participação Sucessiva .....	586
71.4.1.8.10. Participação da Participação .....	586
71.4.1.8.11. Cumplicidade .....	586
71.4.1.8.12. Participação por Ações Neutras .....	588
71.4.1.8.13. Tentativa na Participação .....	588
71.4.1.8.14. Participação em ação alheia .....	588
71.5. Requisitos para a Existência de Concurso de Pessoas.....	588

71.6. Pluralidade de Condutas.....	589
71.6.1. Relevância Causal e Jurídica das Condutas .....	589
71.6.1.1. Concorrente necessário impróprio.....	589
71.6.2. Liame Subjetivo ou Vínculo Subjetivo entre os Agentes.....	589
71.6.3. Identidade de Crimes para Todos os Envolvidos .....	590
71.7. Comunicabilidade e Incomunicabilidade de Elementares e Circunstâncias ...	590
71.8. Concurso de Pessoas em Crimes Omissivos .....	590
71.9. Coautoria em Crimes Omissivos .....	590
71.10. Participação em Crimes Omissivos.....	591
71.11. Concurso de Pessoas em Crimes Culposos .....	592
71.11.1. Considerações Iniciais .....	592
71.11.2. Autoria Mediata e Crime Culposo .....	592
71.11.3. Coautoria em Crimes Culposos .....	593
71.11.4. Participação em Crimes Culposos .....	593
71.12. Participação Punível: Desistência Voluntária e Arrependimento Posterior ...	593
71.13. Multidão Delinqüente.....	593
71.14. Polêmica Relativa ao Concurso de Pessoas no Infanticídio.....	594

## **PARTE III – TEORIA GERAL DA PENA**

### **CAPÍTULO 72**

<b>INTRODUÇÃO A TEORIA DAS PENAS OU TEORIA DA CONSEQUÊNCIA JURÍDICA DO CRIME.....</b>	<b>597</b>
72.1. Conceito .....	597
72.2. Teorias da Pena .....	597
72.2.1. Teorias Absolutas, Retributivas ou Retribucionista .....	597
72.2.2. Teorias Relativas, Preventivas ou Prevencionistas.....	597
72.2.3. Teorias Unitárias, Mistas, Ecléticas ou da União .....	598
72.2.4. Teoria Agnóstica da Pena .....	598
72.3. Fundamento .....	598
72.4. Finalidades da Pena.....	599
72.5. Caracteres da Pena .....	599
72.6. Modalidades de Penas.....	599

## **CAPÍTULO 73**

<b>DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE</b> .....	601
73.1. Considerações Iniciais .....	601
73.2. Sistemas Prisionais .....	601
73.3. Modalidades de Penas Privativas de Liberdade .....	602
73.3.1. Reclusão .....	602
73.3.2. Detenção .....	602
73.3.3. Prisão Simples .....	603
73.4. Regime de Cumprimento de Pena: Considerações Iniciais .....	603
73.5. Regras para Imposição dos Regimes de Pena .....	603
73.5.3.1. Regime Inicial Fechado .....	604
73.5.3.2. Regime Inicial Semiaberto .....	604
73.5.3.3. Regime Inicial Aberto .....	604
73.5.3.4. Fixação de Regime Mais Gravoso que o Legal .....	604
73.5.3.5. Fixação de Pena Inicial Pelo Juiz de Execução .....	605
73.5.3.6. Regime Inicial por Crimes Hediondos e Equiparados e Estrangeiros em Situação Irregular .....	605
73.5.1. Regras dos Regimes de Cumprimento de Pena .....	606
73.5.1.1. Regras do Regime Fechado .....	606
73.5.1.2. Regras do Regime Semiaberto .....	607
73.5.1.3. Regras do Regime Aberto .....	607
73.5.1.3.1. Regime Aberto e Legislação Local .....	608
73.6. Ausência de Local para Cumprimento de Pena .....	609
73.7. Presídios Federais .....	609
73.8. Regime Especial .....	610
73.9. Regime Disciplinar Diferenciado .....	610
73.10. Prisão Albergue e Domiciliar .....	610
73.11. Regime Especial de Semiliberdade: Cumprimento de Pena do Índio .....	611
73.12. Prisão Especial .....	612
73.13. Pena Privativa de Liberdade no Código Penal Militar .....	612
73.14. Privatização de Presídios no Brasil .....	613

## **CAPÍTULO 74**

<b>DA REINCIDÊNCIA</b> .....	615
74.1. Conceito e Pressupostos .....	615
74.2. Fundamentos .....	615

74.3. Natureza Jurídica .....	616
74.4. Efeitos da Reincidência.....	617
74.5. Prova da Reincidência .....	618
74.6. Espécies .....	618
74.7. Reincidência: Crimes Militares e Políticos .....	619
74.8. Reincidência na Lei de Contravenções Penais.....	619
74.9. Duração da Condenação Anterior para Efeito de Reincidência .....	619
74.10. Primário, Reincidente e Tecnicamente Primário .....	620
74.11. Reincidência e Antecedentes Criminais .....	620
74.12. Reincidência e Pena de Multa.....	621

## **CAPÍTULO 75**

<b>PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO .....</b>	<b>623</b>
75.1. Introdução e Rol das Penas Restritivas de Direito.....	623
75.2. Regras de Tóquio e Regras de Mandela .....	623
75.3. Natureza Jurídica .....	623
75.4. Características .....	623
75.5. Requisitos das Penas Restritivas de Direito .....	624
75.5.1. Requisitos Subjetivos.....	624
75.5.2. Requisitos Objetivos .....	625
75.6. Penas Restritivas de Direitos e Hipóteses Específicas.....	625
75.6.1. Momento para Substituição .....	626
75.6.2. Regras para a Substituição.....	627
75.7. Conversão em Pena Privativa de Liberdade.....	627
75.7.1. Conversão Obrigatória: Descumprimento Injustificado.....	628
75.7.2. Conversão e Tempo de Pena Restante .....	629
75.7.3. Conversão de Penas e Caráter Pecuniário.....	629
75.8. Início da Execução e Duração das Penas Restritivas De Direitos.....	629
75.9. Modalidades das Penas Restritivas de Direitos .....	630
75.10. Penas Restritivas de Direitos em Espécies.....	630
75.10.1. Prestação Pecuniária .....	630
75.10.2. Perda de Bens e Valores .....	631
75.10.3. Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas .....	631
75.10.4. Interdição Temporária de Direitos .....	632
75.10.5. Limitação de Fim de Semana .....	633

## **CAPÍTULO 76**

<b>PENA DE MULTA</b> .....	635
76.1. Introdução .....	635
76.2. Dos Valores das Multas.....	635
76.2.1. Lei de Drogas.....	635
76.3. Critérios .....	635
76.3.1. Exceções ao Critério do Dia-Multa.....	636
76.4. Aplicação da Pena de Multa.....	636
76.4.1. Atualização dos Valores.....	636
76.4.2. Aumento do Valor da Multa: Pena Ineficaz.....	637
76.5. Pagamento de Multa e Execução da Pena de Multa .....	637
76.5.1. Considerações Iniciais .....	637
76.5.2. Legitimidade, Competência e Rito para a Cobrança da Dívida de Valor	637
76.5.3. Causas de Suspensão e Interrupção da Prescrição.....	638
76.5.4. Parcelamento da Multa .....	638
76.6. Outras Questões .....	639
76.6.1. Habeas Corpus .....	639
76.6.2. Valor Irrisório .....	639
76.6.3. Multa Substitutiva ou Vicariante .....	639
76.6.4. Pena de Multa e Progressão de Regime de Pena Privativa de Liberdade	639
76.7. Conversão da Multa em Pena Restritiva de Direitos.....	640
76.8. Detração e Pena de Multa.....	640
76.9. Pena de Multa na Legislação Especial .....	640
76.10. Distinção entre Multa e Pena de Prestação Pecuniária .....	641

## **CAPÍTULO 77**

<b>APLICAÇÃO DA PENA</b> .....	643
77.1. Conceitos e Pressupostos.....	643
77.2. Elementares e Circunstâncias.....	643
77.3. Classificação das Circunstâncias.....	643
77.4. Técnica de Aplicação da Pena .....	643
77.5. Fixação da Pena-Base .....	644
77.6. Circunstâncias Agravantes .....	648
77.7. Circunstâncias Atenuantes.....	650
77.8. Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes .....	652
77.9. Causas de Aumento de Pena ou Majorantes e Diminuição ou Minorantes de Penas.....	653

## **CAPÍTULO 78**

<b>DO CONCURSO DE CRIMES</b> .....	655
78.1. Introdução .....	655
78.2. Aplicação da Pena no Concurso de Crimes: Sistemas .....	655
78.3. Concurso Material de Crimes .....	656
78.3.1. Considerações Iniciais .....	656
78.3.2. Critério para Aplicação da Pena e Sua Repercussão nas Diversas Espécies de Penas .....	656
78.3.3. Concurso Material Moderado (Limitado) .....	657
78.3.4. Concurso Material e Suspensão Condicional do Processo .....	657
78.4. Concurso Formal de Crimes .....	657
78.4.1. Modalidades de Concurso Formal .....	658
78.4.1.1. Identidade de Crimes .....	658
78.4.1.2. Unidade de Desígnios .....	658
78.4.2. Aplicação da Pena no Concurso Formal .....	658
78.4.3. Aplicação da Pena no Concurso Formal Perfeito .....	659
78.4.3.1. Concurso Material Benéfico .....	659
78.4.4. Aplicação de Pena no Concurso Formal Imperfeito .....	659
78.5. Crime Continuado .....	659
78.5.1. Introdução .....	659
78.5.2. Natureza Jurídica .....	659
78.5.3. Teorias sobre o Crime Continuado .....	660
78.5.4. Requisitos do Crime Continuado .....	660
78.5.5. Aplicação de Pena no Crime Continuado .....	661
78.5.6. Crime Continuado Específico (Qualificado) .....	661
78.5.7. Crime Continuado e Crime Habitual .....	661
78.5.8. Crime Continuado e Crimes Culposos .....	662
78.5.9. Crime Continuado e Aplicação da Lei Penal no Tempo .....	662
78.5.10. Crime Continuado e Suspensão Condicional do Processo .....	662
78.6. Multas e Concursos de Crimes .....	662
78.7. Concurso de Crimes e Transação Penal .....	662

## **CAPÍTULO 79**

<b>LIMITES DA PENA E UNIFICAÇÃO</b> .....	663
79.1. Considerações Iniciais .....	663
79.2. Unificação das Penas .....	663
79.3. Superveniência de Nova Condenação e Unificação das Penas .....	663

## **CAPÍTULO 80**

<b>SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA</b> .....	665
80.1. Considerações Iniciais .....	665
80.2. Conceito e Natureza Jurídica .....	665
80.3. Sistemas .....	665
80.4. Modalidades de <i>Sursis</i> .....	666
80.5. Requisitos .....	666
80.5.1. Requisitos Objetivos .....	666
80.5.2. Requisitos Subjetivos .....	667
80.6. Momento para Concessão .....	667
80.7. Condições .....	668
80.8. Período de Prova e Prorrogação .....	668
80.9. Revogação .....	669
80.9.1. <i>Sursis</i> Ineficaz .....	669
80.10. Cassação .....	670
80.11. Cumprimento das Condições .....	670
80.12. <i>Sursis</i> na Legislação Especial .....	670
80.12.1. Crimes Ambientais .....	670
80.12.2. Lei de Drogas e Crimes Hediondos .....	670
80.12.3. Contravenções Penais .....	671
80.12.4. Lei de Segurança Nacional .....	671
80.12.5. CPM .....	671
80.12.6. Lei Maria da Penha .....	671
80.13. Suspensão Condicional do Processo .....	671
80.14. Outras questões relevantes .....	671
80.14.1. <i>Sursis</i> Sucessivos e Simultâneos .....	671
80.14.2. Condenado Estrangeiro .....	672
80.14.3. Suspensão dos Direitos Políticos .....	672
80.14.4. Habeas Corpus .....	672
80.14.5. Regime de Pena .....	672
80.14.6. Indulto e Detração Penal .....	672

## **CAPÍTULO 81**

<b>DO LIVRAMENTO CONDICIONAL</b> .....	673
81.1. Conceito .....	673
81.2. Natureza Jurídica .....	673
81.3. Requisitos .....	673

81.3.1. Objetivos .....	673
81.3.1.1. Reincidentes Específicos .....	675
81.3.1.2. Condenado Primário de Bons Antecedentes .....	676
81.3.2. Subjetivos.....	676
81.4. Exame Criminológico .....	677
81.5. Procedimento para Obtenção .....	677
81.6. Especificações das Condições .....	677
81.6.1. Condições Obrigatórias.....	677
81.6.2. Condições Facultativas .....	677
81.6.3. Condição Legal Indireta .....	678
81.7. Concessão e Acompanhamento do Período de Prova .....	678
81.8. Revogação .....	678
81.8.1. Causas Obrigatórias da Revogação .....	678
81.8.2. Causas Facultativas de Revogação.....	679
81.9. Não Implantação .....	679
81.10. Suspensão do Livramento Condicional ou Livramento Condicional Cautelar .....	679
81.11. Prorrogação do Período de Prova.....	679
81.12. Extinção da Pena .....	680
81.13. Diferenças entre Livramento Condicional e <i>Sursis</i> .....	680
81.14. Livramento Condicional e Remição .....	680
81.15. Livramento Condicional e Execução Provisória .....	681
81.16. Livramento Condicional e Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) .....	681
81.17. Livramento Condicional Humanitário .....	681
81.18. Livramento Condicional de Estrangeiro .....	681
81.19. Livramento Condicional e <i>Habeas Corpus</i> .....	682
81.20. Livramento Condicional e a Lei do Crime Organizado.....	682
81.21. Livramento Condicional Insubistente.....	682
81.22. Livramento Condicional do CPM.....	682

## **CAPÍTULO 82**

<b>DOS EFEITOS A CONDENAÇÃO .....</b>	<b>683</b>
82.1. Efeitos: Principal e Secundário .....	683
82.1.1. Efeitos Secundários de Natureza Penal .....	683
82.1.2. Efeitos Secundários de Natureza Extrapenal .....	683
82.1.2.1. Efeitos Extrapenais Genéricos.....	683
82.1.2.2. Efeito Quanto aos Bens no Exterior.....	687

82.1.2.3. Alterações da Lei Anticrime .....	688
82.1.2.4. Efeitos Extrapenais Específicos.....	689
82.1.3. Efeitos da Condenação na Legislação Extravagante .....	691
82.1.4. Efeitos Extrapenais de Natureza Híbrida .....	694

## **CAPÍTULO 83**

<b>REABILITAÇÃO</b> .....	695
83.1. Introdução: Conceito e Origem Histórica .....	695
83.2. Natureza Jurídica .....	695
83.3. Sigilo dos Registos.....	695
83.3.1. Crítica ao Instituto .....	696
83.4. Recuperação dos Direitos .....	696
83.5. Pressupostos para a Reabilitação.....	696
83.5.1. Reabilitação e Crime Falimentar.....	698
83.6. Competência, Procedimento e Recurso.....	698
83.7. Condenado por Diversas Condenações .....	698
83.8. Revogação da Reabilitação .....	699
83.9. Reabilitação e <i>Habeas Corpus</i> .....	699
83.10. Reabilitação e Direito Penal Militar .....	699

## **CAPÍTULO 84**

<b>MEDIDA DE SEGURANÇA</b> .....	701
84.1. Conceito e Características .....	701
84.2. Distinção entre Penas e Medidas de Segurança .....	701
84.3. Princípios .....	701
84.4. Sistema de Aplicação de Medidas de Segurança .....	702
84.5. Pressupostos e Aplicação .....	703
84.6. Periculosidade: Conceito e Espécies .....	703
84.7. Espécies de Medidas de Segurança.....	703
84.7.1. Medida de Segurança Detentiva.....	704
84.7.2. Medida de Segurança Restritiva .....	704
84.8. Duração.....	704
84.8.1. Início da Execução.....	704
84.8.2. Prazo Mínimo e Prazo Máximo.....	704
84.9. Perícia Médica ou Exame de Verificação da Cessação de Periculosidade ....	705

84.10. Execução das Medidas de Segurança.....	705
84.11. Internação Provisória ou Preventiva.....	706
84.12. Medida de Segurança e <i>Reformatio In Pejus</i> .....	706
84.13. Desinternação ou Liberação Condicional .....	706
84.14. Competência para Revogar a Medida de Segurança .....	706
84.15. Detração Penal.....	706
84.16. Prescrição Penal e Medidas de Segurança .....	707
84.17. Medida de Segurança e indulto.....	707
84.18. Superveniência da Doença Mental .....	707
84.19. Internação Cível .....	708
84.20. Inimputabilidade, Semi-Imputabilidade e a Lei de Drogas .....	708
84.21. Medida de Segurança e Direito Penal Militar .....	708

## **CAPÍTULO 85**

<b>DA AÇÃO PENAL.....</b>	<b>711</b>
85.1. Conceito .....	711
85.2. Classificação .....	711
85.2.1. Ação Penal Popular .....	711
85.3. Ação Penal Pública .....	712
85.3.1. Princípios específicos da ação penal pública .....	712
85.4. Espécies de Ação Pública .....	712
85.4.1. Ação Penal Pública Incondicionada.....	712
85.4.2. Ação Penal Pública Condicionada à Representação.....	713
85.4.2.1. A Representação e seus Aspectos Formais .....	713
85.4.2.2. Titularidade .....	714
85.4.2.3. Prazo para Representação .....	714
85.4.2.4. Retratação .....	714
85.4.3. Ação Penal Pública Condicionada à Requisição do Ministro da Justiça .....	714
85.4.3.1. Prazo e Retratação .....	715
85.4.4. Ação Penal Privada.....	715
85.4.4.1. Princípio da Ação Penal Privada.....	715
85.4.4.2. Espécies de Ação Privada .....	715
85.4.4.2.1. Ação Penal Privada Exclusiva: aspectos formais da queixa e titularidade. ....	716
85.4.4.2.2. Ação Privada Personalíssima.....	716
85.4.4.2.3. Ação Privada Subsidiária da Pública.....	717

85.5. Ação Penal nos Crimes Complexos (Art. 101 do CP).....	717
85.6. Ação Penal nos Crimes Contra o Patrimônio.....	717
85.7. Ação Penal nos Crimes Contra a Honra .....	718
85.8. Ação Penal nos Crimes Contra a Dignidade Sexual.....	718
85.9. Ação Penal nos Crimes de Abuso de Autoridade.....	718
85.10. Ação Penal nos Crimes de Dano .....	718
85.11. Legitimidade Concorrente .....	719
85.12. Lesão Corporal de Natureza Leve Qualificada pela Violência Doméstica	719
85.13. Litisconsórcio Ativo .....	719
85.14. Ação Penal no Direito Penal Militar.....	719
85.15. Acordo de Não Persecução Penal .....	720

## **CAPÍTULO 86**

<b>EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....</b>	<b>723</b>
86.1. Conceito .....	723
86.2. Natureza Jurídica .....	723
86.3. Classificação .....	724
86.4. Efeitos da Extinção da Punibilidade .....	724
86.5. Momento da Ocorrência e o Trânsito em Julgado .....	725
86.6. Comunicabilidade das Causas de Extinção da Punibilidade .....	725
86.7. Concurso de Crimes.....	725
86.8. Crimes Principal, Acessórios, Complexos e Conexos.....	726
86.9. Rol Exemplificativo .....	726
86.10. Causas de Extinção Implícitas .....	727
86.11. Repatriação de Valores .....	727

## **CAPÍTULO 87**

<b>MORTE DO AGENTE .....</b>	<b>729</b>
87.1. Generalidades .....	729
87.2. Efeitos .....	729
87.3. Prova.....	729
87.4. Revisão Criminal .....	730
87.5. Certidão de Óbito Falsa .....	730

## **CAPÍTULO 88**

<b>DA ANISTIA, GRAÇA E INDULTO</b> .....	731
88.1. Generalidades .....	731
88.2. Crimes Insuscetíveis de Indulto, Graça e Anistia .....	731
88.3. Anistia.....	732
88.3.1. Espécies de Anistia .....	733
88.4. Indulto E Graça .....	733
88.4.1. Efeitos .....	734
88.4.2. Procedimento para o Indulto.....	734
88.4.3. Indulto Humanitário.....	735
88.4.4. Indulto e Pena de Multa .....	735
88.4.5. Indulto Inconstitucional.....	736
88.4.6. Indulto e Crime Hediondo ou Equiparado .....	736
88.4.7. Procedimento para a Graça.....	736
88.4.8. Não Reconhecimento da Concessão da Anistia.....	736

## **CAPÍTULO 89**

<b>PERDÃO JUDICIAL</b> .....	739
89.1. Conceito .....	739
89.2. Natureza Jurídica .....	739
89.3. Hipóteses de Perdão .....	739
89.4. Efeitos .....	740
89.5. Distinção entre Perdão Judicial e Escusa Absolutória .....	740
89.6. Perdão Judicial e Perdão do Ofendido.....	741
89.7. Aplicação por Meio de Analogia <i>In Bonam Partem</i> .....	741

## **CAPÍTULO 90**

<b>RETRATAÇÃO DO AGENTE</b> .....	743
90.1. Conceito .....	743
90.2. Natureza Jurídica .....	743
90.3. Oportunidade .....	743
90.4. Requisitos.....	743

## **CAPÍTULO 91**

<b>RENÚNCIA E PERDÃO</b> .....	745
91.1. Renúncia: conceito.....	745
91.2. Natureza jurídica.....	745
91.3. Oportunidade.....	745
91.4. Espécies.....	745
91.5. Extensão.....	745
91.6. Renúncia e Reparação do Prejuízo.....	746

## **CAPÍTULO 92**

<b>PERDÃO DO OFENDIDO</b> .....	747
92.1. Conceito.....	747
92.2. Natureza Jurídica.....	747
92.3. Oportunidade.....	747
92.4. Espécies.....	747
92.5. Extensão.....	748

## **CAPÍTULO 93**

<b>DECADÊNCIA</b> .....	749
93.1. Conceito.....	749
93.2. Prazo.....	749
93.3. Natureza Jurídica.....	750
93.4. Decadência Imprópria e Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	750
93.5. Diferenças Entre Prescrição e Decadência.....	751

## **CAPÍTULO 94**

<b>PEREMPÇÃO</b> .....	753
94.1. Conceito.....	753
94.2. Natureza Jurídica.....	753
94.3. Causas de Perempção.....	753

## **CAPÍTULO 95**

<b>PRESCRIÇÃO</b> .....	755
95.1. Prescrição: Introdução e Origem Histórica.....	755
95.2. Natureza Jurídica e a Prescrição como Regra Constitucional.....	755

95.3. Fundamentos da Prescrição .....	755
95.3.1. Teoria do Esquecimento.....	755
95.3.2. Teoria do Desgaste Probatório ou Dispersão das Provas .....	755
95.3.3. Teoria da Presunção de Correção .....	756
95.3.4. Teoria da Expição Moral.....	756
95.3.5. Teoria da Perda da Legitimidade ou Sanção para a Morosidade Estatal ..	756
95.3.6. Teoria Psicológica .....	756
95.3.7. Teoria da Segurança Jurídica ao Infrator .....	756
95.4. A Imprescritibilidade do Delito .....	756
95.5. Imprescritibilidade Constitucional.....	757
95.5.1. Imprescritibilidade e a Legislação Infraconstitucional .....	757
95.5.2. Imprescritibilidade e Jurisprudência.....	757
95.5.3. Imprescritibilidade e os Princípios da Legalidade e da Duração Razoável do Processo.....	758
95.5.4. Tribunal Penal Internacional e a Imprescritibilidade dos Crimes Contra a Humanidade.....	758
95.6. Prescrição e Diferenças: Decadência e Perempção .....	759
95.7. Espécies de Prescrição .....	759
95.7.1. Prescrição da Pretensão Punitiva pela Pena em Abstrato.....	759
95.7.1.1. Fatores de Influência ou Não do Montante do Prazo Prescricional..	760
95.7.1.2. Contagem do Prazo Prescricional .....	761
95.7.1.3. Termos Iniciais do Prazo.....	761
95.7.1.4. Causas Interruptivas da Prescrição .....	763
95.7.1.5. Interrupção e Continência (Art. 117, § 1º, Primeira Parte, do CP)	765
95.7.1.6. Interrupção e Conexão (Art. 117, § 1º, Segunda Parte, do CP) ...	766
95.7.1.7. Causas Suspensivas .....	766
95.7.2. Prescrição da Pretensão Punitiva pela Pena em Concreto (Prescrição Superveniente, Intercorrente ou Subsequente) .....	768
95.7.2.1. Conceito.....	768
95.7.2.2. Cálculo .....	768
95.7.2.3. Termo Inicial .....	768
95.7.2.4. Momento para Reconhecimento.....	769
95.7.3. Prescrição da Pretensão Punitiva pela Pena em Concreto (Retroativa)	769
95.7.3.1. Termo Inicial .....	769
95.7.3.2. Cômputo .....	769
95.7.3.3. Subsistência e Alcance da Prescrição Retroativa Após as Modificações da Lei N. 12.234/2010 .....	770

95.7.3.4. Cômputo no Procedimento do Júri .....	770
95.7.3.5. Momento Adequado para o Reconhecimento.....	770
95.7.4. Prescrição da Pretensão Executória (Prescrição da Condenação).....	771
95.7.4.1. Termos Iniciais do Prazo .....	771
95.7.4.2. Causas Interruptivas .....	773
95.7.5. Extensão dos Efeitos e os Comparsas .....	774
95.7.5.1. Concurso de Crimes .....	774
95.7.5.2. Causa Suspensiva .....	775
95.8. Prescrição Antecipada, Projetada, Virtual, Prognostical ou pela Pena em Perspectiva .....	775
95.9. Prescrição em Leis Especiais .....	775
95.10. Prescrição da Pena de Multa .....	776
95.11. Prescrição da Pena Restritiva de Direitos .....	777
95.12. Prescrição das Medidas de Segurança .....	777
95.13. Prescrição e Perdão Judicial.....	777
95.14. Falta Grave e a Lei de Execução Penal.....	777
95.15. Prazos Paralelos .....	778
95.15.1. Prescrição das Penas Mais Brandas .....	778
95.16. Código Penal Militar e Prescrição .....	779

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	780
--------------------------	-----

<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO</b> .....	791
--	-----



# PARTE GERAL

PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL



# CAPÍTULO 1

## NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL

### 1.1 Introdução

O direito forma-se através de um complexo de normas jurídicas, ligadas à uma sanção cominada à sua violação.

No aspecto criminal, o Estado lança mão das sanções penais, como forma de proteger os direitos fundamentais ao convívio em sociedade, lançando mão de duas vias: a pena e a medida de segurança.

Em uma terceira via, além das duas mencionadas, há a renúncia do Estado ao direito de punir, como a hipótese do art. 74, parágrafo único, da Lei n. 9099/95.

O direito penal, modernamente, deveria ser orientado pela intervenção mínima, porém, os legisladores **não se ocupam de seguir esse vetor, incluindo**, na esfera penal a tutela de valores menores, que poderiam ser protegidos de forma diversa.

### 1.2 Conceito de Direito Penal

Ao estudar o direito penal temos como uma das primeiras questões, a sua denominação: **direito penal** ou **direito criminal**<sup>1</sup>.

Embora seja essa a expressão utilizada, o vocábulo criminal aparece constantemente no sistema jurídico, através da “Vara Criminal” (onde tramita-se as ações de natureza penal); a Câmara Criminal (apreciam os recursos interpostos); e o próprio advogado que milita na área criminal, é conhecido como advogado criminalista.

Zaffaroni e Pierangeli lecionam que a expressão “direito penal” se designam a duas entidades diferentes, conjunta ou separadamente: “1) o conjunto de leis penais, isto é, a legislação penal; ou 2) o sistema penal de interpretação desta legislação, isto é, o saber do direito penal.”<sup>2</sup> Nessa linha, os autores explicam que

1 Há na doutrina ainda outras denominações, que surgiram durante a evolução moderna do Direito Penal, como “Direito Repressivo” (Puglia), “Direito de Defesa Social” (Martínez), “Direito Protetor dos Criminosos” (Dorado Montero), “Direito Restaurador ou Sancionador” (Valdés), “Princípios de Criminologia” (De Lucca), Direito de Luta contra o crime, entre outros. A expressão direito criminal foi utilizada no Código Criminal do Império, de 1830. Porém, foi a expressão “direito penal” quem ganhou relevância e é consagrada na maioria dos países, assim, a expressão direito penal é a preferência da maioria da doutrina e é a expressão utilizada pela CF (art. 22, I), além de que está em vigor um Código Penal (CP).

2 ZAFFARONI, Eugênio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro** – Parte Geral, p. 86.

o direito penal, enquanto legislação, trata-se do conjunto de leis que traduzem as normas que pretendem tutelar os bens jurídicos, determinando o alcance da tutela (delito), enquanto o saber do direito penal, a ciência jurídico-penal, interpreta o que é relativo à legislação penal.

A doutrina tradicional ensina que o conceito de direito penal pode ser analisado por três pontos distintos: conceito formal (estático), conceito material e o conceito sociológico (dinâmico).

### 1.2.1 Conceito Formal (Estático)

É o conjunto de *normas jurídicas* que possui por objeto a definição de condutas consideradas (desviantes), com as respectivas sanções penais.

Dentro dessa concepção, é possível a identificação de três instituições básicas: 1) a norma jurídica – instrumentos de formalização dos mandamentos ou proibições; 2) a sanção penal – pena e a medida de segurança; e 3) a infração penal – crime e contravenção.

### 1.2.2 Conceito Material

É o comportamento de alta reprovabilidade ou danosos ao organismo social, que lesionam gravemente os bens jurídicos necessários à sua conservação e progresso.

### 1.2.3 Conceito Sociológico (Dinâmico)

Nesse sentido, o direito penal deve ser visto como uma das formas de controle social, a par dos outros ramos do ordenamento jurídico.

Trata-se da forma mais violenta de intervenção do Estado na esfera de direitos dos cidadãos. A violência estatal utilizada está presente em diversos ramos do direito, como a cobrança de tributos, multas, porém, é certo que o Direito Penal é utilizado de modo mais acentuado.

Através do Direito Penal que se aplicam as sanções mais graves, de forma a tolher o patrimônio, a liberdade, ou mesmo a vida do cidadão.

O Direito Penal é um dos ramos do ordenamento jurídico, manifestação do Direito Público.

## 1.3 Características do Direito Penal

São **características** do Direito Penal:

- a) *Ramo do Direito Público*: regula as relações envolvendo o indivíduo e o Estado, caracterizando como uma ramificação do Direito Público. O *jus puniendi* pertence ao Estado, trata-se do poder-dever de aplicar a sanção penal, de modo a interferir na liberdade do cidadão (*jus libertatis*), em razão da punição dentro dos limites estabelecidos em lei, sempre de acordo com a ordem constitucional;

- b) *Ciência Natural*: insere-se na categoria das ciências do “dever-ser”, e não do “ser”, distinguindo-se das ciências naturais;
- c) *Ciência Valorativa*: confere às normas penais uma escala hierárquica de valores, de acordo com o fato que lhe dá conteúdo;
- d) *Ciência Finalista*: tem por objetivo a proteção subsidiária dos bens jurídicos imprescindíveis à convivência pacífica em sociedade;
- e) *Sancionador*: poder-dever de impor sanções (pena e medida de segurança);
- f) *Ciência normativa*: tem por objeto de estudo a norma. Estuda-se os preceitos contidos nos enunciados normativos, bem como as consequências para o seu descumprimento;
- g) *Dogmático*: o Direito Penal é dogmático, pois expressa substancialmente por intermédio do Direito Positivo;
- h) *Fragmentário*: não possui a pretensão de abranger todas as manifestações de condutas humanas ou ilícitos praticados, vez que diversos ilícitos, considerados de caráter extrapenal, são sancionados por outros ramos do direito;
- i) *Subsidiário*: o Direito Penal somente deve ser utilizado caso as demais formas se demonstrarem insuficientes, devendo os desvios de conduta de menor relevância, serem sancionadas por outros ramos do direito (princípio da subsidiariedade).

Há ainda uma discussão sobre o caráter sancionatório ou constitutivo do Direito Penal. A **concepção constitutiva**, conhecida também como **autonomista, autônoma ou originária**, sustenta a independência do Direito Penal em relação aos demais ramos do direito, de forma que as normas penais nascem de forma independente dos demais ramos do direito, elaborando conceitos nem sempre previstos em outros ramos do direito, como o *sursis*, livramento condicional etc.<sup>3</sup> A outra corrente, denominada de **sancionatória**, aponta para um direito penal como um complexo de “normas de reforço à tutela de valores pertencentes a outros ramos do direito”<sup>4</sup>.

Flávio M. de Barros<sup>5</sup> explica, filiando-se a última corrente, que o Direito Penal possui um **caráter sancionatório**, na medida em que os fatos ilícitos que são protegidos pela norma penal, já se encontram proibidos em outra norma jurídica de natureza extrapenal, assim, o direito penal possui um sentido de complementação a eficácia ao bem jurídico previstos em outras normas, e de forma excepcional, há também o caráter sancionatório, pois o Direito Penal possui algumas proibições

3 É a linha adotada por Magalhães Noronha (in: ARAÚJO, Fábio Roque. **Direito Penal didático** - Parte Geral, p. 62).

4 BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito Penal**, Vol. único, p. 44.

5 BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito Penal**, Vol. único, p. 44 e 45.

de certas condutas, como crueldade contra animais e uso de entorpecentes, determinadas somente pelo direito penal, além de outros institutos, como o *sursis* e o livramento condicional, que são exclusivos desse ramo do direito. Por isso, complementa o referido autor, seja melhor seguir Zaffaroni, para quem, o Direito Penal é “preponderantemente sancionador e excepcionalmente constitutivo”.

Por sua vez, Cezar Bitencourt sustenta a necessidade de se reconhecer a **natureza constitutiva e autônoma** do Direito Penal, e não simplesmente acessória, “pois mesmo quando tutela bens já cobertos pela proteção de outras áreas do ordenamento jurídico, ainda assim, o faz de forma peculiar, dando-lhes nova feição e com distinta valoração”<sup>6</sup>.

#### 1.4 Conteúdo e Divisões do Direito Penal

O estudo do Direito Penal pode ser dividido:

1) *Parte geral*: possui previsão nos arts. 1º a 120 do CP. A parte geral ainda pode ser subdividida em três partes:

**a) Teoria da lei penal (ou da norma penal)**: refere-se a questões relacionadas à aplicação da lei penal. São estudados como temas: o tempo e o lugar do crime, a aplicação da lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas, o cumprimento de pena no exterior, a homologação de sentença estrangeira, a contagem de prazo em Direito Penal etc.;

**b) Teoria do Delito (do crime ou do fato punível)**: envolve temas relacionados à estrutura analítica do crime, tais como o fato típico, a ilicitude e a culpabilidade, estendendo-se ainda ao estudo sobre o concurso de pessoas;

**c) Teoria da sanção penal (da pena e das consequências do crime)**: refere-se às espécies de pena, sua aplicação, limites, a medida de segurança, o concurso de crimes, a extinção da punibilidade etc.

2) *Parte Especial*: trata dos crimes em espécie previstos no CP<sup>7</sup>.

3) *Legislação Penal Especial*: denominada também como legislação extravagante, compreendendo as leis penais que não se encontram no Código Penal.

#### 1.5 Modalidades de Direito Penal

O Direito Penal é uno, mas sob o ponto de vista de uma classificação doutrinária, pode ser dividido nas seguintes modalidades:

---

6 BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**, p. 47.

7 Já foi objeto de estudos a possibilidade da elaboração de uma Teoria da Parte Especial, dedicando-se ao tema no Brasil, Frederico Marques, Aníbal Bruno, Heleno Fragoso e Euclides Custódio Silveira. Também o penalista espanhol José Ortega Costales e os penalistas italianos Tullio Padovani e Luigi Stortoni. Conferir: <sup>7</sup> Médici, Sérgio de Oliviera. *Teorias dos Tipos Penais*. p. 24/25.

### 1.5.1 Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo

O conjunto de leis penais em vigor no país refere-se ao Direito Penal objetivo (*jus poenale*), por sua vez, Direito Penal subjetivo (*jus puniendi*) refere-se a capacidade do Estado de produzir e fazer cumprir suas normas, manifestando o seu poder de império, ou seja, o direito de punir do Estado.

O Estado possui o monopólio do exercício legítimo da violência. Uma exceção ao monopólio da aplicação da sanção penal por parte do Estado está prevista no art. 57 do Estatuto do Índio<sup>8</sup>. Porém, alguns sustentam a necessidade de se observar que o referido dispositivo se encontra em contrariedade com o princípio da inafastabilidade da jurisdição, razão pela qual não teria sido recepcionado o art. 57 do Estatuto do Índio pela CF. É certo que o Estado deve interferir, cabendo análise ao poder Judiciário se a sanção indígena está sob o manto e limites dos direitos humanos, não ingressando no mérito da sua justiça, de forma que o art. 57 do Estatuto do Índio seja interpretado sob a égide dos arts. 5º, XXXV, e 231 da CF.

### 1.5.2 Direito Penal Fundamental (Nuclear ou Primário) e Direito Penal Complementar (Secundário)

O Direito Penal fundamental é aquele que abrange os princípios e os institutos da parte geral do CP, além de alguns institutos específicos da parte especial que possuem conteúdos amplos, como os conceitos de domicílio e de funcionário público.

Quando não dispuserem em sentido contrário, esses institutos serão aplicados às leis penais especiais (art. 12 do CP).

O Direito Penal complementar “é o conjunto das disposições previstas nas leis *extravagantes*, porque se encontra fora da consolidação fundamental, como expressamente refere o art. 360 do Código Penal.”<sup>9</sup>

### 1.5.3 Direito Penal Comum e Direito Penal Especial

O Direito Penal especial é aplicado por órgãos da Justiça especializados, por exemplo, o Direito Penal militar, aplicado pela Justiça Militar e o Direito Penal eleitoral<sup>10</sup>, aplicado pela Justiça Eleitoral. Esta é a diferença do Direito Penal comum, constituindo-se em leis que tratam de matéria penal e se encontram no CP.

Frederico Marques e Damásio não classificam o Direito Penal Eleitoral como especial, pois os juízes quase em sua totalidade são juízes comuns e a competência da Justiça Eleitoral é complementar e acessória<sup>11</sup>.

Lembrando ainda que a Justiça Trabalhista não possui competência penal.

8 O Tribunal de Justiça de Roraima em um caso concreto decidiu pelo reconhecimento da autonomia das comunidades indígenas na aplicação da penalidade, afastando a atuação do Poder Judiciário em observância ao princípio *non bis in idem*. Conferir no TJRR – ACr 0090.10.000302-0. Rel. Des. Mauro Campello.

9 DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**, p. 97.

10 Há autores sustentando que o Direito Penal Eleitoral não é especial, vez que é constituída por membros da Justiça Comum (Damásio de Jesus) ou porque a competência para julgar crimes eleitorais é acessória e complementar (Frederico Marques). Conferir: BITEN-COURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**, p. 49.

11 BARROS, Francisco Dirceu. **Tratado Doutrinário de Direito Penal**, p. 89.

#### **1.5.4 Direito Penal Geral e Direito Penal local**

O Direito Penal geral é aquele aplicado em todo o território nacional, é regra do Brasil, pois a competência para legislar sobre Direito Penal é privativa da União (art. 22, I, CF).

Por sua vez, o Direito Penal local é aquele exercido em apenas parte do território nacional. Trata-se aplicação excepcional, pois apenas excepcionalmente a lei complementar pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência legislativa privativa da União (art. 22, par. único, da CF).

#### **1.5.5 Direito Penal Material ou Substantivo e Direito Penal Formal ou Adjetivo**

A divisão de Direito Penal material e Direito Penal formal encontra-se superada. O Direito Penal substantivo corresponde ao direito material, criadora das figuras delituosas, enquanto o Direito Penal adjetivo, seria a figura do direito processual penal, as normas destinadas a instrumentalizar o Estado quando um delito foi praticado.

Como o Direito Processual penal foi reconhecido como um ramo do direito autônomo, pois dotados de regras e princípios, a diferença não mais apresenta razão.

#### **1.5.6 Direito Penal Subterrâneo e Paralelo**

O exercício do poder punitivo por parte de agências executivas de controle social à margem da legalidade, por exemplo, as execuções sumárias, desaparecimentos, torturas realizadas por agentes do Estado, possui a denominação de Direito Penal subterrâneo.

Por sua vez, o Direito Penal paralelo refere-se ao reconhecimento de parte do poder punitivo não é exercida pelas agências do Estado, por exemplo, o poder do médico em determinar a internação de doente mental; das federações desportivas, que inabilitam as pessoas etc.

#### **1.5.7 Direito Penal da Culpabilidade e da Periculosidade**

O Direito Penal da culpabilidade está ligado a ideia de que a pena está fundamentada na reprovabilidade da conduta, que possui uma capacidade de auto-determinação individual, ou seja, o agente pode escolher entre o lícito e o ilícito, enquanto no Direito Penal da periculosidade funda-se na ideia determinista, ou seja, o agente não possui o livre-arbítrio, razão pela qual a medida da pena deve ser levada por conta da periculosidade do agente.

Adota-se, no ordenamento jurídico brasileiro, a culpabilidade para fundamentar a pena e a periculosidade para fundamentar a medida de segurança.

### 1.5.8 Direito Penal Internacional e Direito Internacional Penal<sup>12</sup>

O Direito Penal internacional consiste no *direito penal produzido internamente*, para fins de aplicação sobre fatos delituosos que ocorrem fora do país, como o art. 7º do CP (extraterritorialidade)<sup>13</sup>.

Já o Direito Internacional penal diz respeito às normas externas (tratados e convenções internacionais), que possuem vigência dentro do Brasil, portanto, cuida-se de do *direito externo com incidência interna*.

### 1.5.9 Direito Penal do Fato, Direito Penal do Autor e Direito Penal do Autor às Aversas

O Direito Penal da primeira metade do século passado iniciou uma fase designada como *direito penal do autor* (extraído do Direito Penal da Vontade), assim, com a punição da pessoa voltado pelo o que ela é e menos pelo que fez. Fundava-se a sanção mais na periculosidade do agente, do que na gravidade da conduta (pensamento influenciador do direito penal alemão durante a Segunda Grande Guerra).

Findo a Segunda Grande Guerra, os pensamentos sobre o direito penal modificaram-se, retornando o denominado direito penal do fato. A gravidade do fato é que mensurada pelo rigor da pena, assim, pune-se alguém pelo que fez, não pelo que é.

O Direito Penal do autor é modelo de direito penal vigente em matéria penal, pois é o que mais se compatibiliza com o Estado Democrático de Direito, fundado na dignidade da pessoa humana.

O *direito penal do autor às avessas* encontram-se no contexto da Lei n. 12850/13, que tipifica a organização criminosa. Os empresários, ao utilizarem da estrutura empresarial para a prática de crimes (crimes de colarinho branco), responderão penalmente, nos termos da lei referida. Assim, para fins de evitar a responsabilidade de crimes praticados por esses empresários, parte da doutrina passou a sustentar que, “os empresários somente podem ser considerados membros de uma organização criminosa quando o principal método de obtenção de vantagens por eles perseguido seja o cometimento de infrações penais. Assim, apenas se poderia cogitar de uma organização criminosa formatada por empresários quando estes fizessem do crime seu “modo de vida”, e não quando suas atividades principais fossem praticadas licitamente.”<sup>14</sup>. Por esse aspecto, macula-se a doutrina “com a nódoa de um **direito penal do autor às avessas**, “ou seja, ‘muy amigo’, precisamente o oposto do direito penal do inimigo”<sup>15</sup>

12 Não há entre os doutrinadores uma uniformidade de entendimento em relação ao conceito e a natureza jurídica das duas disciplinas, sendo aqui apresentada a distinção mais utilizada na doutrina.

13 Sobre o Direito Penal Internacional e o Direito Internacional Penal conferir: Médiçi, Sérgio de Oliveira. **Teoria dos Tipos Penais – Parte Especial do Direito Penal**, p. 67/79.

14 Masson, Cleber; Marçal, Vinícius; *Crime Organizado*. p. 67.

15 Masson, Cleber; Marçal, Vinícius; *Crime Organizado*. p. 67.

### 1.5.10 Direito Penal de Emergência e Direito Penal Simbólico

O Direito Penal de emergência está dentro do contexto da sensação de insegurança na sociedade, assim, com esse fundamento, atende-se demandas de criminalização, normas de repressão, que por vezes, fere o caráter subsidiário e fragmentário do direito penal, assumindo um ideal punitivista e prejudicial ao cidadão.

O Direito Penal simbólico<sup>16</sup> é desenvolvido para fins de cumprir uma função meramente representativa, movido pela opinião pública, de forma a devolver para sociedade uma suposta sensação de tranquilidade, afastando-se das finalidades legítimas da pena. Alguns observam na Lei dos Crimes Hediondos a expressão desse direito.

Luiz Flávio Gomes e Luís Gazoto procuram distinguir o direito penal simbólico são diferentes do populismo penal<sup>17</sup>, chegando até a entender como espécie de direito penal simbólico, dada a característica do seu aspecto de engano, muito embora os conceitos não sejam idênticos, na medida em que há casos de direito penal simbólico que não se caracterizam como populismo penal<sup>18</sup>. Para os referidos autores, o populismo penal está inserido mediante “ações governamentais irracionais, puramente emotivas, de apelo popular, muitas vezes falaciosas, outras tantas maliciosas, as quais supostamente pretendem atender à consciência coletiva.”<sup>19</sup> O populismo penal, em geral, busca atender às demandas de preferências dos “consumidores” políticos, ou seja, os eleitores, possuindo como características que a definem, a exclusão da ciência no processo de desenvolvimento das políticas criminais, tendo em vista que as opções são sempre emotivas, irracionais. Pondera os referidos autores que o populismo penal revela-se inadequado em razão do excessivo rigor penal, atecnia, possibilidade de manipulação, em especial da mídia, suscetibilidade e falsas impressões e deficiência de pesquisas de opinião e más leituras delas pelos políticos<sup>20</sup>.

---

16 Sobre o tema conferir: HASSEMER, Winfried. *Derecho penal simbólica y protección de bienes jurídicos. Pena y Estado: función simbólica de la pena*. Barcelona, p. 23-36, set.-dez. 1991.

17 GOMES, Luiz Flávio; GAZOTO, Luiz Wanderley. **Populismo Penal Legislativo**: a tragédia que não assusta as sociedades de massas. Editora Juspodivm. 2ª ed. Salvador, 2020.

18 Citam os autores a promulgação de leis penais, pelo Rei de Portugal, não para punir com justiça, mas apenas para ameaçar, através de uma rigorosa legislação, para, assim, criar um medo no imaginário social, com fins a buscar uma estabilidade política, trata-se de direito penal simbólico, e não populismo penal. Conferir: GOMES, Luiz Flávio; GAZOTO, Luiz Wanderley. **Populismo Penal Legislativo**: a tragédia que não assusta as sociedades de massas. Editora Juspodivm. 2ª ed. Salvador, 2020. p. 298.

19 GOMES, Luiz Flávio; GAZOTO, Luiz Wanderley. **Populismo Penal Legislativo**: a tragédia que não assusta as sociedades de massas. Editora Juspodivm. 2ª ed. Salvador, 2020. p. 293.

20 Conferir: GOMES, Luiz Flávio; GAZOTO, Luiz Wanderley. **Populismo Penal Legislativo**: a tragédia que não assusta as sociedades de massas. Editora Juspodivm. 2ª ed. Salvador, 2020. p. 308

## 1.6 Outras Categorias de Direito Penal

*Direito Penal promocional:* o direito penal promocional, conhecido também como político ou demagogo, surge quando o Estado visa concretizar objetivos políticos, utilizando-se de leis penais como instrumento de promoção de seus interesses, afastando-se do mandamento da intervenção mínima.

*Direito de Intervenção:* através desse modelo, o Direito Penal não deve ser alargado, mas sim utilizado para a proteção de bens jurídicos individuais (como a vida, a integridade, propriedade etc.) e daquelas que causem perigo concreto, de forma que as infrações de índole difusa (ou coletiva) causadoras de perigo abstrato seriam tuteladas pela Administração Pública, através de um sistema jurídico de garantias materiais e processuais que não colocaria o infrator em privação de liberdade. Esse é o Direito de Intervenção, situado entre o direito administrativo sancionador e o direito penal. *Winfried Hassemer* é o maior expoente desse pensamento.

*Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade:* para esse modelo de direito penal, formulado por *Gunther Stratenwerth*, há que se relegar a segundo plano a proteção dos interesses estritamente individuais, com enfoque máximo à proteção dos interesses difusos, da coletividade, como forma de proteger as futuras gerações. Para esse modelo, a noção de bem jurídico é substituída pela tutela direta de relações ou contextos de vida, convertendo o direito penal, a um direito de gestão punitiva de riscos gerais.

*Direito Penal garantista*<sup>21</sup>: o garantismo parte de premissas clássicas e iluministas, dentro de uma perspectiva de que o poder estatal tende ao arbítrio e ao abuso, sendo que para contê-lo, há que se compreender restritivamente seus poderes. Não há no Estado de Direito poderes incontroláveis, todos os poderes devem ser limitados pelo direito. Para Ferrajoli, principal expoente dessa teoria, “o garantismo é um modelo normativo de direito que se caracteriza como um sistema de poder mínimo no plano epistemológico, no plano político como uma técnica de tutela capaz de minimizar a violência e maximizar a liberdade e, por fim, no plano político, como um sistema de vínculos ao poder punitivo do Estado para garantir o direito dos cidadãos”<sup>22</sup>. De forma sintetizar a teoria, Ferrajoli aponta os 10 axiomas<sup>23</sup> que se baseia um Estado garantista: “1) Para que possa ser imposta a violência da pena é necessária a violência do crime, o que Ferrajoli chama de princípio da retributividade; 2) Princípio da legalidade: não há crime sem lei anterior que o defina; 3) Não há lei penal legítima sem necessidade, como manda o princípio

21 Sobre o tema conferir: FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**. São Paulo: RT, 2014.

22 JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de Direito Penal**, p. 175.

23 *Nullum crimen sine lege; Nulla lex (poenalis) sine necessitate; Nulla necessitas sine iniuria; Nulla iniuria sine actione; Nulla actio sine culpa; Nulla culpa sine iudicio; Nullum iudicium sine accusatione; Nulla acusatio sine Probatione; Nulla Probatio sine defensione.*

da necessidade da pena, que Ferrajoli chama também de economia do direito penal; 4) Não há necessidade sem lesão, como orienta o princípio da lesividade/ofensividade; 5) Não há lesão sem conduta, ou seja, apenas uma conduta pode causar lesão, como manda o princípio da conduta, pois as pessoas só podem ser punidas pelo que fazem, e não pelo que são, o que Ferrajoli chama de princípio da materialidade ou exteriorização da ação; 6) Não há conduta relevante penal sem culpa, como manda o princípio da culpabilidade; 7) Não há culpa sem regular jurisdição, o que se aproxima do devido processo legal; 8) Não há devido processo sem acusação, que deve ser distinta e autônoma em relação ao julgador, na direção do princípio acusatório; 9) Não há acusação sem prova, lembrando, assim, que o ônus da prova é da acusação; e 10) Não há prova legítima sem defesa, ou seja, a prova só pode ser considerada válida se garantida a ampla defesa”<sup>24</sup> Registre-se ainda a existência do *garantismo hiperbólico monocular*, consistente na aplicação desproporcional de ampliada (hiperbólico) os direitos fundamentais individuais dos investigado/processado, de forma a desconsiderar o interesse coletivo (monocular), contrapondo-se ao garantismo penal integral.

---

24 JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de Direito Penal**, p. 176.